

Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Alexandra Manuela Lima Freitas

Lote X: Dispositivos Lúdicos como Agentes Regeneradores da Cidade: a Rua D. João I em Guimarães

Junho de 2026

Lote X: Dispositivos Lúdicos como Agentes Regeneradores da Cidade: a rua D. João I em Guimarães
Alexandra Manuela Lima Freitas
UMinho | 2026

Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Alexandra Manuela Lima Freitas

Lote X: Dispositivos Lúdicos como Agentes Regeneradores da Cidade: a Rua D. João I em Guimarães

Trabalho de Projeto
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Arquitetura
Cultura Arquitetónica

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor José Manuel do Couto Ramos Capela

Junho de 2026

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição

CC BY

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

[Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. É a licença mais flexível de todas as licenças disponíveis. É recomendada para maximizar a disseminação e uso dos materiais licenciados.]

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Ética e Conduta da Universidade do Minho.

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri a qualquer forma de utilização indevida de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), nem à falsificação ou omissão de informações, fontes, dados, resultados ou processos em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Declaro ainda que qualquer utilização de ferramentas de IA foi feita de forma transparente e responsável, encontrando-se devidamente assinalada/descrita no trabalho, e que procedi à verificação crítica da exatidão do conteúdo produzido com o seu apoio, assumindo integralmente a responsabilidade pelo que submeto.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Ética e Conduta da Universidade do Minho, bem como as normas aplicáveis de integridade académica e de proteção de dados.

Agradecimentos

Gostaria de expressar o meu agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho de projeto. Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Professor José Capela, pela sua dedicação, orientação e apoio ao longo da elaboração desta investigação. Agradeço também ao restante corpo docente da UC - Atelier Integrado, Professora Rute Carlos, Professor Johnny Pugh e Professora Cidália Silva pelos ensinamentos e disponibilidade ao longo deste processo.

Em segundo lugar, agradeço à AAUMinho (Associação Académica da Universidade do Minho), pela oportunidade que me deram de fazer parte desta grande família, e, de forma especial, aos colegas dirigentes com quem partilhei o percurso do Associativismo ao longo de dois anos. Obrigado por me terem permitido crescer para além das paredes da EAAD - Escola de Arquitetura, Arte e Design, e por todas as experiências que moldaram a pessoa que sou hoje. Este percurso deixou em mim uma marca profunda, refletida no provérbio que melhor define esta organização: 'Quanto mais deres a esta casa, mais dela receberás'.

Agradeço também a todas as pessoas com quem cruzei caminho durante o meu semestre a bordo do programa Erasmus +, na Università Degli Studi di Firenze. Às minhas colegas de apartamento, Emma, Alondra, Roisin, Laoise, Ciara e Elea, agradeço a amizade e os momentos partilhados no nosso pequeno lar na *Via Giotto, 37, Firenze*. Agradeço igualmente à Mónica Matias, por ter sido um ombro amigo e a minha companheira ao longo deste período, que considero ter sido um dos mais marcantes da minha vida universitária.

Agradeço ainda à Sofia Veloso, ao Gonçalo Alves e ao Alexandre Louro, por toda a amizade ao longo destes anos. Ao Homero Valentino, Daniel Pereira e Raúl Vieira pela ajuda e companheirismo durante esta jornada. Ao Daniel Silva, agradeço todo o amor e carinho nestes últimos meses, e por ter sido um apoio constante e presença fundamental durante esta etapa tão significativa da minha vida.

Por último, agradeço à minha família todo o apoio incondiconal e motivação ao longo destes anos. Ao meu pai, à minha mãe, e ao meu irmão, agradeço a presença constante, incentivo e paciência, e por sempre me fazerem acreditar que era capaz de alcançar tudo o que quisesse.

A todos, o meu mais sincero agradecimento.

Lote X: Dispositivos Lúdicos como Agentes Regeneradores da Cidade: a Rua D. João I em Guimarães

Resumo

Este trabalho procura compreender de que forma os complementos à habitação e os espaços limiares podem servir uma estratégia de regeneração urbana a partir do caso de estudo da Rua D. João I, em Guimarães. Com enquadramento teórico no conceito do 'decrescimento produtivo', a investigação questiona o modelo urbano assente na expansão e propõe uma abordagem sustentada na reabilitação do existente, na intensificação das relações de proximidade e na reativação da vida quotidiana urbana. A rua D. João I é atualmente um espaço de passagem e não de permanência, marcada por espaços devolutos, perda de comércio local e fragilidade das relações de vizinhança. A análise histórica, morfológica e social da rua evidencia a relevância da relação tradicional entre rés-do-chão e espaço público, bem como as repercussões da desativação progressiva dessa ligação. A partir deste diagnóstico, o projeto pretende a reinterpretação da 'vida à cota soleira' como mecanismo de reaproximação entre habitação e cidade, ao promover conceitos como permeabilidade urbana, espaço intermédio e experiência performativa do espaço.

O *Lote X*, localizado na zona de interface entre a Plataforma das Artes e da Criatividade e a Rua D. João I, é tomado como laboratório de intervenção. O projeto prevê um conjunto de dispositivos lúdicos e sinestésicos — cinema ao ar livre, estruturas móveis, miradouro elevado, espaços de convívio e equipamentos de pequena escala — capazes de transformar a ruína existente num espaço ativo, exploratório e relacional. Seguindo exemplos de arquitetos como Aldo van Eyck, a intervenção utiliza o 'lúdico' como agente catalisador de novas formas de apropriação coletiva, ao promover encontros, percursos inesperados e uma vivência urbana mais inclusiva.

A pesquisa defende que a regeneração urbana não acontece necessariamente por meio de intervenções arquitetónicas de grande escala, mas também através de ações cirúrgicas que valorizam o existente, ativam o quotidiano e reinventam a identidade local. Ao restabelecer continuidade, proximidade e diversão no espaço público, a proposta consolida os complementos à habitação como instrumento de cuidado, reconexão e transformação social no contexto da cidade histórica de Guimarães.

decrescimento lúdico regeneração proximidade

Parcel X: Playful Devices as Agents for Urban Regeneration: D. João I street in Guimarães

Abstract

This study seeks to understand how housing extensions and transitional spaces can contribute to an urban regeneration strategy, using the case study of Rua D. João I in Guimarães. With a theoretical framework based on the concept of 'productive degrowth', the research challenges the urban model based on expansion and proposes an approach grounded in the rehabilitation of existing structures, the strengthening of local relationships and the revitalisation of everyday urban life. D. João I street is currently a thoroughfare rather than a place to linger, characterised by vacant premises, the loss of local shops and the fragility of neighbourly relations. The historical, morphological and social analysis of the street highlights the significance of the traditional relationship between ground-floor spaces and the public realm, as well as the repercussions of the gradual breakdown of this connection. Based on this diagnosis, the project aims to reinterpret 'life at street level' as a mechanism for reconnecting housing and the city, by promoting concepts such as urban permeability, intermediate space and the performative experience of space.

Parcel X, located at the intersection between the Platform for Arts and Creativity and D. João I street, serves as an intervention laboratory. The project envisages a set of playful and synesthetic features — an open-air cinema, mobile structures, an elevated viewing platform, social spaces and small-scale installations — capable of transforming the existing ruin into an active, exploratory and relational space. Following the example of architects such as Aldo van Eyck, the intervention uses 'playfulness' as a catalyst for new forms of collective appropriation, by fostering encounters, unexpected pathways and a more inclusive urban experience.

The research argues that urban regeneration does not necessarily occur through large-scale architectural interventions, but also through targeted measures that enhance what already exists, revitalise everyday life and reinvent local identity. By restoring continuity, proximity and enjoyment in public spaces, the proposal consolidates housing amenities as a tool for care, reconnection and social transformation within the context of the historic city of Guimarães.

degrowth playful regeneration proximity

Índice

Notas Prévias | Introdução 10

Âmbitos, Objetivos e Relevância 11

Capítulo I | Considerações Iniciais: Temas Abordados 12

Complementos à habitação como Instrumento de Regeneração 13

'Vida à Cota Soleira' 16

Capítulo II | Análise Urbana: Da Idade Média à Idade Contemporânea 19

Enquadramento Histórico da Rua D. João I no contexto da Cidade de Guimarães 20

Problemáticas Atuais e Contextos Emergentes no espaço da Rua D. João I 24

Análise da Rua e Território Circundante 27

Relação da Investigação com a hipótese do Decrescimento Produtivo 37

Capítulo III | Estratégia de Intervenção na Rua 39

Plataforma das Artes versus Centro Histórico de Guimarães 40

Espaço Limiar como Potenciador de novas sinestesias 47

Caso de Estudo - Lote X - O Lúdico na experiência do espaço público 49

Notas Finais | Conclusão 60

Reflexões Finais 61

Referências Bibliográficas 63

Abreviaturas e Siglas

V.U.s - Vazios Urbanos

PGAC - Plano Geral de Alargamento da Cidade

PAC - Plataforma das Artes e Criatividade

CMG - Câmara Municipal de Guimarães

IIGM - Segunda Guerra Mundial

Índice de Figuras

Figura 1: Mapeamento e Localização da Rua D. João I, em Guimarães.
Figura 2: Planta de Guimarães - Coleção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, Brasil. 1569.
Figura 3: Rua D. João. 1858. Em:
http://blog.araduca.pt/2017/05/os-padroes-de-guimaraes-por-jeronimo-de.html
Figura 4: Planta de Guimarães - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil. 1569. Em:
https://blog.araduca.pt/2009/12/o-mapa-de-guimaraes-de-1569.html?m=1
Figura 5: Planta de análise dos edifícios de referência da envolvente próxima da rua D. João I.
Figura 6: Diagramas de diferentes análises da rua D. João I.
Figura 7: Planta de análise de caminhos existentes e possíveis novos atravessamentos na rua D.João I.
Figura 8: Tipologias Habitacionais presentes na Rua D. João I.
Figura 9: Foto-Montagem da Rua D. João.
Figura 10: Perspetiva do conjunto edificado e perfil transversal da rua D. João I.
Figura 11: Perspetiva da rua D. João I (sentido ascendente) de Guimarães.
Figura 12: Perspetiva da rua D. João I (sentido descendente) de Guimarães.
Figura 13: Vitrine de um estabelecimento comercial abandonado.
Figura 14: Porta de estabelecimento comercial abandonado.
Figura 15: Fachadas típicas da rua D. João I com elementos em granito e taipa.
Figura 16: Apropriação do espaço público na rua D. João I pelo mini mercado.
Figura 17: Perspetiva da rua D. João I a partir da Igreja de S. Domingos.
Figura 18: 'O único crescimento sustentável é o decrescimento'. Em:
https://overpopulation-project.com/degrowth/
Figura 19: Planta de Análise da relação do Lote de Intervenção com o Espaço Público da Plataforma das Artes.
Figura 20: Perspetiva superior da praça da Plataforma das Artes com foco na sua articulação com o Bairro Catarina Eufémia.
Figura 21: Vista do espelho de água da Plataforma das Artes e da área de desaguamento do caminho público existente desde do Bairro Catarina Eufémia.
Figura 22: Corte/Alçado CC' da Avenida Conde Margaride e Lote de Intervenção - Lote 102/104.
Figura 23: Alçado Frontal do Lote de Intervenção - Lote 102/104.
Figura 24: Alçado Posterior do Lote de Intervenção - Lote 102/104.
Figura 25: Alçados Laterais do Lote de Intervenção - Lote 102/104.

Figura 26: Diagrama do Programa do Projeto.
Figura 27: Plantas da Proposta de Intervenção do Lote X | Planta à cota 169,5 e Planta à cota 173,5.
Figura 28: Plantas da Proposta de Intervenção | Planta à cota 177,5 e Planta de Cobertura.
Figura 29: Corte AA' da Proposta de Intervenção do Lote X.
Figura 30: Corte BB' da Proposta de Intervenção do Lote X.
Figura 31: Axonometria explicativa da estrutura metálica do miradouro.
Figura 32: Vista do interior do lote de Intervenção (Lote X).
Figura 33: Passagem existente para o bairro tipo 'ilha' Catarina Eufémia, através da entrada do Lote 100.
Figura 34: Caminho de acesso às habitações do bairro.
Figura 35: Rampa e escadaria de acesso à Plataforma das Artes.
Figura 36: Caminho existente no Bairro Catarina Eufémia.
Figura 37: Pórtico de entrada do bairro tipo 'ilha' Catarina Eufémia - Lote 100.
Figura 38: Acesso público existente à Plataforma das Artes através do Bairro Catarina Eufémia.
Figura 39: Fachada do Lote de Intervenção (Lote X).

Notas Prévias | Introdução

Âmbitos, Objetivos e Relevância

Ãmbitos, Objetivos e Relevância

A presente investigação resulta do trabalho desenvolvido na UC - Atelier Integrado, cujo tema se centra no 'Decrescimento Produtivo'. Este trabalho de projeto tem como ponto de partida o estudo de como os complementos à habitação podem constituir um instrumento de regeneração da cidade. A par disto, investiga o potencial de estratégias de reativação da 'vida à cota soleira' e a introdução de programas de caráter lúdico e performativo como meios de reconfiguração da relação entre espaço devoluto, espaço de rua e novas formas de vivência urbana. A área de intervenção localiza-se na Rua D. João I, em Guimarães, integrando o tecido histórico da cidade.

A investigação desenvolve-se na interseção entre a escala da cidade e do edifício, e procura compreender o papel do espaço devoluto enquanto agente moderador de relações de vizinhança e potenciador de novas formas de habitar a cidade. Nesta temática, serão aprofundados conceitos como o espaço limiar, a permeabilidade urbana, e a experiência performativa do espaço.

Sendo assim, pretende-se compreender as dinâmicas urbanas e sociais da rua D. João I e da sua envolvente, através da identificação das suas problemáticas e potenciais, compreender o papel dos lotes devolutos enquanto elementos estruturantes de uma possível renovação do espaço urbano, ao estudar a sua capacidade de acolher novos usos e programas. A relevância desta investigação fundamenta-se na necessidade atual de repensar a intervenção em tecidos urbanos existentes, especialmente em centros históricos sujeitos a processos de estagnação funcional e perda de vitalidade. A proposta de intervenção procura contribuir para o debate sobre novas formas de habitar a cidade, ao explorar relações mais porosas entre espaço público e privado, e ao introduzir dimensões de experimentação espacial através do lúdico. Estes conceitos permitem questionar a rigidez funcional e programática do espaço urbano, abrindo possibilidades para experiências mais inclusivas, sensoriais e dinâmicas.

Nesta perspetiva, este trabalho procura afirmar a arquitetura para além da resposta funcional, posicionando-a como um instrumento ativo na requalificação do espaço urbano e na revitalização do tecido social.

Capítulo I | Considerações Iniciais: Temas Abordados

Complementos à habitação como Instrumento de Regeneração

'Vida à Cota Soleira'

Complementos à habitação como Instrumento de Regeneração

Os complementos à habitação constituem um dispositivo fundamental para repensar a regeneração urbana para além de abordagens centradas exclusivamente na reabilitação material do edificado. Entendidos como extensões funcionais e espaciais do habitar - incluindo espaços intermédios, áreas partilhadas e serviços de proximidade - estes elementos atuam como mediadores na articulação entre a esfera doméstica e o contexto urbano. Embora nem todos impliquem uma relação direta com o espaço público, contribuem para a sua ativação ao promoverem condições de uso, permanência e interação social. Neste sentido, assumem particular relevância num contexto urbano contemporâneo marcado pela crescente segregação funcional e pela progressiva desvinculação entre a vida doméstica e a vida urbana.

Como referem os autores Madden e Marcuse, na obra 'Em Defesa da Habitação - A política da crise' [1]a habitação deve ser entendida como parte integrante da produção urbana, intrinsecamente ligada às dinâmicas sociais, económicas e espaciais da cidade. Os autores sustentam que, no contexto contemporâneo, a habitação tem sido progressivamente dependente de lógicas de mercantilização, visto que é tratada como capital económico em detrimento da sua função social - a habitação tornou-se 'mercadoria' em vez de 'casa'.

Ao longo destas últimas décadas, as políticas de habitação têm privilegiado a proliferação da propriedade individual, de acordo com o conceito de democracia de proprietários[2], formulado por Margaret Thatcher. Nesta circunstância, a habitação deixa de ser pensada apenas como espaço de vida quotidiana (valor de uso), e passa a ser ponderada como instrumento de integração no capitalismo de mercado (valor de troca). Contudo, se a habitação constitui um elemento estruturante da produção da Cidade, deve ser organizada para servir a vida urbana, em oposição ao interesse da lógica da acumulação de capital. Neste sentido, a crítica desenvolvida por parte dos autores (Madden e Marcuse, 2016), aproxima-se das perspetivas pós-crescimento, ao evidenciar que a atual crise da habitação não resulta de dinâmicas de mercado neutras, mas sim de um enquadramento político que estrutura e orienta essas dinâmicas em função da maximização do lucro e da acumulação privada de capital.Ao transformar o ato de habitar num meio de especulação financeira, o modelo dominante contribui para desigualdades, processos de exclusão, perda de acessibilidade e fragiliza a própria função social do espaço urbano.

1 MADDEN, David; MARCUSE, Peter: 'In defense of Housing: The Politics of Crisis' (2016).

2 MOORE, Rowan: 'Margaret Thatcher began Britain's obsession with property. It's time to end it'. The Guardian (2014). Disponível em: https://www.theguardian.com/society/2014/apr/06/margaret-thatcher-britains-obsession-property-right-to-buy

A partir da ótica do decrescimento, esta dinâmica revela os limites de uma economia orientada para o crescimento contínuo, que converte necessidades humanas fundamentais em produtos de investimento. Recentrar a habitação como bem de uso, direito coletivo e infraestrutura de manutenção de vida social torna-se assim, requisito primário para imaginar formas de urbanização que não dependam da expansão incessante do valor imobiliário, mas que priorizem o bem-estar, a equidade e a sustentabilidade das comunidades urbanas.

Face a este contexto, os complementos à habitação - varandas, jardins, espaços de usos híbridos, espaços partilhados, serviços comuns, comércio de proximidade, parques, transportes públicos - devem ser interpretados como dispositivos capazes de reconfigurar relações espaciais e sociais, incentivando a apropriação do espaço público e lógicas de proximidade. A ausência ou fragilidade destes dispositivos tem contribuído para a desativação do espaço público, particularmente em contextos históricos onde a relação direta entre habitação e rua constituía um elemento estruturante da vida urbana.

A escritora e ativista norte-americana Jane Jacobs[3] já salientava que a vitalidade das cidades depende da presença contínua de atividades ao nível da rua, sustentadas por uma diversidade de usos e pela proximidade entre 'habitar' e 'trabalhar'. A perda desta relação traduz-se, frequentemente, em espaços urbanos esvaziados de significado, onde a circulação substitui a permanência e a rua deixa de ser lugar para se tornar apenas infraestrutura.

É neste contexto que os complementos à habitação assumem um papel crítico e preponderante na cidade atual, ao permitirem reintroduzir condições de uso, permanência e interação no espaço urbano. Através da ativação dos pisos térreos e da criação de zonas de transição, estes dispositivos contribuem para a reconstrução de uma continuidade urbana baseada na proximidade e na repetição de práticas quotidianas. A qualidade dos ambientes urbanos depende da existência de padrões espaciais que favoreçam a ligação entre a casa e cidade, sendo os espaços de transição elementos essenciais nesse processo. Mais do que uma estratégia de adição espacial, os complementos à habitação reconfiguram-se como uma abordagem crítica ao modelo de crescimento urbano dominante, ao privilegiarem a adaptação do existente e a intensificação das relações de proximidade.

3 JACOBS, Jane: 'The Death and Life of the Great American Cities' (1961).

Neste sentido, a sua implementação não responde apenas a problemáticas locais, mas alinha-se com uma visão mais ampla de regeneração urbana assente na suficiência, ou seja, garantir o necessário de forma ética, na valorização do quotidiano e na reconstrução de formas de habitar mais próximas, inclusivas e sustentáveis. Assumem, assim, um papel central enquanto dispositivos capazes de restituir permeabilidade, proximidade e convivência, reativando a cultura de 'vida à cota soleira' e devolvendo à rua continuidade urbana, identidade e sentido coletivo. Neste enquadramento, a intervenção proposta afirma a arquitetura como instrumento de cuidado, adaptação e reconexão, capaz de reintroduzir ritmo e vitalidade no quotidiano da cidade histórica de Guimarães.

‘Vida à Cota Soleira’

Soleira é uma palavra que deriva do latim solum e significa ‘referente ao solo’, evidenciando a sua relação direta com o nível do pavimento, bem como as suas funções de proteção e durabilidade da construção, na medida em que atua como elemento de mediação que limita a entrada de humidade e o desgaste dos materiais, contribuindo para a preservação estrutural ao longo do tempo. No âmbito da engenharia civil, é compreendida como um elemento construtivo situado na base de um vão, responsável pela transição física entre espaços e pela resolução técnica do contacto com o solo. Contudo, no âmbito da arquitetura, este elemento ultrapassa a sua dimensão estritamente técnica, e assume-se como um dispositivo de mediação entre interior e o exterior, capaz de estruturar relações espaciais,sociais e urbanas que transcendem a função construtiva.

A interpretação desta ideia aproxima-se do conceito de espaço ‘in-between’ desenvolvido por Herman Hertzberger (1991), que valoriza os domínios de transição como lugares de apropriação e encontro. De igual modo, o arquiteto Jan Gehl (2010)[4] destaca a importância daquilo que designa como dinâmicas urbanas em espaços intersticiais, ao revelar que a qualidade do espaço urbano depende das atividades que ocorrem ao nível da rua, nomeadamente aquelas associadas à permanência, observação e interação social.

Paralelamente, a presença de atividade à cota soleira contribui para a vigilância natural da rua, reforçando a segurança e vitalidade urbana. No âmbito da arquitetura contemporânea, esta discussão e contra uma formulação particularmente relevante no contexto do Team X, nomeadamente nas posições divergentes de Aldo Van Eyck e do casal Smithson. O arquiteto Van Eyck[5] (1962), introduz a noção de in-between como uma condição estrutural da experiência urbana, defendendo que o espaço intermédio não deve ser entendido como um intervalo residual entre interior e exterior, mas sim como uma dimensão contínua da cidade, onde se intensificam práticas de encontro, apropriação e sociabilidade. Esta interpretação aproxima-se de uma compreensão de natureza fenomenológica do espaço urbano, onde o ‘entre’ não é exceção, mas sim, condição permanente da experiência da cidade.

Em oposição, Alison e Peter Smithson[6] (1967), interpretam esta problemática através do conceito de doorstep, ao entender que a soleira surge como um dispositivo arquitetónico de intercessão entre casa e rua, capaz de restabelecer a continuidade da vida urbana quotidiana na cidade moderna.

4 GEHL, Jan: ‘Cities for people’ (2010).
5 EYCK, Van: ‘The Child, The City and The Artist’ (1962).
6 SMITHSON, Alice and Peter: ‘Urban Structuring’ (1967).

Esta perspetiva introduz uma análise mais material e operativa do limiar, enfatizando a sua dimensão física e funcional enquanto suporte da vida social. A divergência entre Van Eyck e os Smithson revela, assim, duas formas complementares de compreender o espaço intermédio: uma enquanto condição contínua da experiência urbana e outra enquanto dispositivo arquitetónico específico de mediação. Esta tensão evidencia que o espaço intermédio não deve ser entendido apenas como uma categoria abstrata, nem exclusivamente como elemento físico isolado, mas antes como uma condição simultaneamente relacional e construtiva da cidade. A articulação entre o 'in-between' enquanto continuidade da experiência urbana e o 'doorstep' enquanto dispositivo arquitetónico de mediação permite compreender a soleira como um ponto de convergência entre estas duas leituras, onde o espaço deixa de ser apenas transição para se afirmar como lugar ativo de relação entre o doméstico e o urbano. Neste sentido, a noção de vida à cota soleira emerge precisamente dessa síntese, enquanto estratégia que harmoniza a dimensão fenomenológica do habitar com a sua materialização arquitetónica na construção da cidade.

No contexto histórico de Guimarães, onde a estrutura urbana tradicional assentava numa forte relação entre o rés-do-chão e a rua, segundo testemunhos recolhidos junto de habitantes da rua e da cidade, muitas vezes associada a ofícios, comércio e vida doméstica - a cota soleira desempenhava um papel ativo na construção da vida urbana. As soleiras das portas acabam por ser lugares de memórias, mas também de expressão daquilo que é a vida humana. Contudo, a progressiva desativação destes usos, aliada ao aumento de espaços devolutos e à perda de comércio local, conduziu ao enfraquecimento desta relação, transformando a rua num espaço predominantemente de passagem. Neste sentido, a reativação da vida à cota soleira torna-se um objetivo fundamental para a regeneração urbana da Rua D. João I. A reintrodução de circunstâncias que promovam a vida à cota soleira na Rua D. João I não se limita a uma estratégia espacial, mas constitui uma abordagem integrada que articula memória, uso e convivência. Ao recuperar esta dimensão intermédia entre habitação e cidade, torna-se possível restabelecer relações de vizinhança, reativar práticas quotidianas e transformar a rua num espaço de permanência, devolvendo-lhe o seu papel enquanto lugar vivido e socialmente ativo no contexto da cidade histórica de Guimarães.

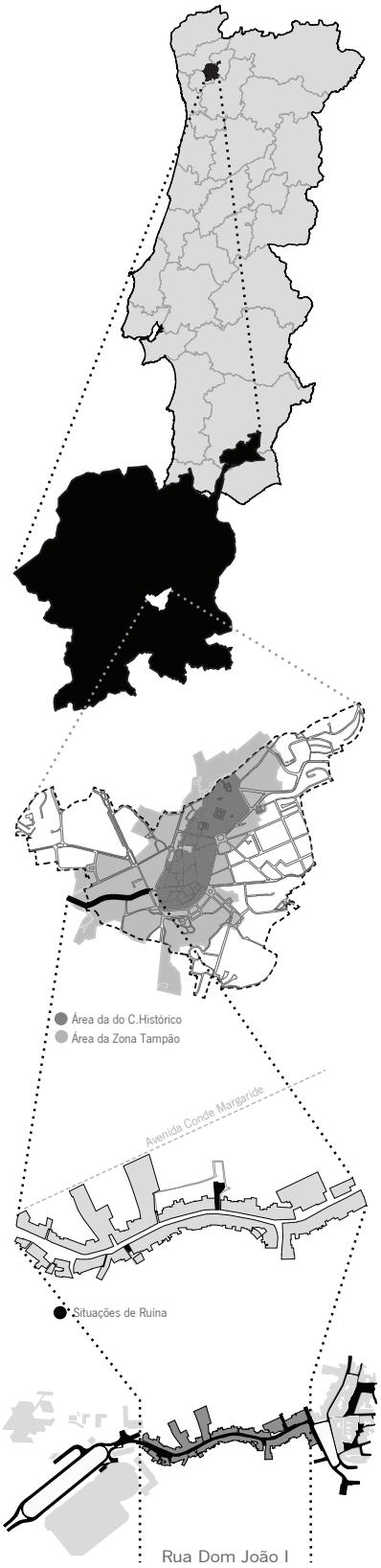


Figura 1. Mapeamento e Localização da Rua D. João I, em Guimarães.[7]

7 SILVA, Hélder: 'Projeto de Ações Provisórias em Vazios Urbanos: Aplicação em Ruína de lote habitacional, como caso de estudo na Rua D. João I em Guimarães' - Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Escola de Arquitetura, Artes e Design da Universidade do Minho, (2016).

Capítulo II | Análise Urbana:
Da Idade Média à Idade Contemporânea

Enquadramento Histórico da Rua D. João I no contexto da Cidade de Guimarães

Problemáticas Atuais e Contextos Emergentes no espaço da Rua D. João I

Análise da rua e Território Circundante

Relação da Investigação com a hipótese do Decrescimento Produtivo

Enquadramento histórico da rua D. João I no contexto da Cidade de Guimarães

Situada na União de Freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião, a atual rua D. João I, terá sido denominada 'Rua de Gatos', em meados do século XIII. [8]Devido à proximidade de uma das portas mais importantes da Vila de Guimarães - Porta da Piedade ou Porta de São Domingos[9] - tornou-se uma importante via de ligação entre o centro de Guimarães e Vila do Conde. É designada como a porta nobre da vila, devido a ser parte do caminho pelo qual os reis e outras dignidades faziam as suas entradas solenes[8] e destaca-se como via de continuidade do eixo formado intramuros pelas Ruas da Sapateira e dos Mercadores, até à Praça da Oliveira.

Traz consigo uma forte herança histórica porque, reza uma das lendas mais antigas da cidade, que foi por onde o rei D. João I se deslocou em peregrinação até à Colegiada de Guimarães, no Largo da Oliveira, na ocasião da vitória das suas forças sobre Castela na Batalha de Aljubarrota, a 14 de Agosto de 1385. Na fronteira norte da Rua de Gatos, surge em meados do primeiro quarto do século XIII[10], o Mosteiro de São Domingos, mais abaixo o Convento das Domínicas, datado de 1271 e na fronteira sul surge a Capela de São Lázaro e também o Padrão de D. João I, monumento comemorativo depois da vitória da aclamada Batalha de Aljubarrota.

> A habitação dispôs-se em frentes urbanas ao longo destas artérias, enquanto edificação do Convento de S. Domingos e da sua cerca, no primeiro quartel do século XIV, estabilizaram, como referido, a margem norte da rua de Gatos. D. João I. Quando em 1387 cumpriu a promessa feita a Santa Maria da Oliveira pela vitória em Aljubarrota, partiu descalço de S. Lázaro. seguindo, pela rua de gatos, até ao centro, onde se erguia a Colegiada, marcando uma distanciação entre a cidade mercantil e dos mesteres e o poderio elerical simbolizado por Santa Maria da Oliveira.[10]



Figura 2. Planta de Guimarães - Coleção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, Brasil, (1569).

8 FERRÃO, Bernardo e AFONSO, José Ferrão: 'A Evolução da forma urbana de Guimarães e criação do seu património edificado' (2002).

9 AFONSO, José Ferrão; OLIVEIRA Marta; RAMOS Sílvia: Dossiê - 'Guimarães ad radicem montis Latito'. Publicação 'Monumentos' Vol. N° 33; INCM (2013).

10 CMG - Gabinete Técnico Local: 'Guimarães Património Cultural da Humanidade'. Vol. I (2002).

Este acontecimento conferiu a esta rua uma relevância acrescida, elevando-a a um nível de maior destaque dentro do Centro Histórico da cidade. Para além de ser um importante eixo comercial da cidade, devido à ligação a Vila do Conde, era considerado, à época, o seu limite urbano, separando o centro histórico das restantes áreas envolventes.

Acabou por ser denominada de Rua D. João I nas obras de Beneficência de 1863[12].

> As estradas marítimas ou terrestres, eram vias privilegiadas para a difusão das novas ideias, riquezas, e estilos, e a implantação do monumento junto do caminho de Vila do Conde é um sinal afirmativo da importância de Guimarães como entreposto comercial entre a costa e o interior.[12]

Posteriormente, em 1665[11], foi executada uma nova calçada na Vila, partindo da zona nascente, e em meados do século XVIII, o processo de evolução e expansão urbana de Guimarães encontrava-se consolidado, marcando os limites da Vila que irão, com poucas alterações, permanecer até ao século XX. Os principais eixos viários que servem Guimarães mantêm a sua importância durante este período, não se verificando alterações de grande escala na sua estrutura. Contudo, em meados do primeiro quarto do século XX, foi publicado pelo presidente da Câmara de Guimarães, Mariano Felgueiras, o Plano Geral de Alargamento da Cidade que, ao contrário do plano antecessor de 1861[13], não consistia numa intervenção apenas nas zonas preexistentes da cidade, mas sim na criação de



Figura 3. Rua D. João I, (1858).
Fonte: http://blog.araduca.pt/2017/05/os-padroes-de-guimaraes-por-jeronimo-de.html

11 FERRÃO, Bernardo e AFONSO, José Ferrão: 'A Evolução da forma urbana de Guimarães e criação do seu património edificado' (2002).

12 AFONSO, José Ferrão; OLIVEIRA Marta; RAMOS Sílvia: Dossiê - 'Guimarães ad radicem montis Latito'. Publicação 'Monumentos' Vol. N° 33; INCM (2013).

13 CMG - Gabinete Técnico Local: 'Guimarães Património Cultural da Humanidade'. Vol. I (2002).

uma área de expansão urbana, organizada a oriente de Guimarães, consequência do intenso desenvolvimento industrial da cidade e de contingências de ordem estética, topográfica, económica e preocupações higiénicas e de circulação, estas últimas, já presentes no plano oitocentista. Assim, surge o projeto de uma nova artéria, com o intuito de se encontrar com a estrada nacional que liga a Famalicão, que até aí era feita através da Rua D. João I, (que começou a não ter capacidade suficiente para atender ao intenso movimento) denominada numa primeira fase 'Avenida dos Pombais', depois 'Avenida Conde de Margaride', e que acabou por ser pavimentada em meados da década de 1940[14].

Atualmente, Rua D. João I estabelece uma articulação entre a arquitetura de matriz medieval, característica dos séculos XIII/XIV, e construções adaptadas às exigências da época industrial, próprias dos séculos XIX/XX. As habitações, de tipologia semelhante às do Centro Histórico e dispostas ao longo da rua, foram preservadas no âmbito do Plano Geral de Alargamento da Cidade (PGAC), de 1925, elaborado pelo capitão Luís Pina, o qual defendia a salvaguarda do "velho burgo".

Esta preservação, assegurada pelo PGAC, contribuiu para a permanência do traçado urbano da Rua D. João I, mantendo uma organização semelhante à representada nas plantas interpretativas de Guimarães de finais do século XII, bem como à registada na planta da cidade de 1559 (figura 4).

Com o passar do tempo, a rua foi sofrendo alterações que levaram à coexistência entre a malha contínua mais associada à planta das habitações e à introdução de edifícios de maior dimensão, introduzidos sobretudo a partir dos finais do século XIX. Com início no ano 2020, a rua foi alvo de uma intervenção de requalificação do espaço público, orientada por princípios de valorização urbana e de reforço da sua utilização pedonal. Este processo incidiu na renovação integral do revestimento em granito, abrangendo tanto a faixa de rodagem como os passeios, em resposta ao avançado estado de desgaste dos materiais existentes. A redefinição do perfil transversal da vida constitui um dos aspetos centrais da intervenção, traduzindo-se no alargamento dos passeios à custa da redução do espaço anteriormente afeto ao estacionamento automóvel à superfície. Esta opção procurou restituir centralidade ao transeunte, promovendo uma leitura mais contínua e qualificada do espaço público. A reorganização da circulação automóvel, aliada ao encaminhamento do estacionamento para infra estruturas próximas (como o Parque de Camões e Parque da Feira) contribuiu para a diminuição da intensidade viária.

14 CMG - Gabinete Técnico Local: 'Guimarães Património Cultural da Humanidade'. Vol. I (2002).



Figura 4. Planta de Guimarães - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil, 1569. Disponível em: https://blog.araduca.pt/2009/12/o-mapa-de-guimaraes-de-1569.html?m=1

Problemáticas atuais e Contextos Emergentes no Espaço da Rua D. João I

Apesar do esforço da autarquia na pavimentação da Rua D. João I, esta continua expectante a uma 'mudança de paradigma'. Atualmente, a rua surge na urbe como um espaço de passagem e não de permanência. Outrora conhecida como rua de ofícios, sapateiros, artesãos, etc, nos dias de hoje, encontramos uma rua fantasma inserida no Centro Histórico de Guimarães. Uma das principais razões que explica este cenário são os inúmeros vazios urbanos que cortam com a relação de vizinhança e criam descontinuidade na malha urbana construída.

O arquiteto Ignasi de Solà-Morales, produziu uma das principais reflexões teóricas sobre este fenómeno. O autor utiliza a expressão francesa terrain vague para designar estes vazios urbanos. Elege a expressão francesa precisamente pela sua ambiguidade, com a qual pode fazer uma aproximação arquitetónica ao que é a própria ambiguidade deste tipo de lugares ou situações[15]. Eles podem ser considerados, ao mesmo tempo, como problema (desuso) e oportunidade (potencial futuro).

O termo terrain refere-se a uma parcela de solo delimitada, situada na cidade e com potencial construtivo. Já vague remete para a ideia de indefinição, associada à ausência de uso e atividade, mas também a um sentido de liberdade e expectativa. Entende-se que esta interpretação do conceito de 'vazios urbanos' possibilita um outro modo de ação interventiva no meio urbano, no qual, as memórias inerentes a cada local, possam funcionar como elo de ligação entre o presente e o passado, conferindo ao espaço um simbolismo próprio que enriquece a sua leitura e potencial de transformação.[16]

> Esses "Terrain vague" revelam-se os melhores locais (...) para o encontro entre o presente e o passado, ao mesmo tempo que se apresentam como o único reduto intacto onde se pode exercer a liberdade individual ou de pequenos grupos.[15]

Este tema foi bastante debatido na Trienal de Arquitetura de Lisboa de 2007 [17], visto que se centrava na problemática e no potencial dos vazios urbanos. José Mateus, Comissário-Geral da Trienal, defendeu que:

15 SOLÀ MORALES, Ignasi: 'Presente y Futuros. La arquitectura en las ciudades'. Barcelona (1996).
16 FONSECA, Ana: 'Vazios Urbanos: Levantamento e soluções na cidade da Guarda'. Dissertação de Mestrado. UBI (2014).
17 Arq./a. - Arquitetura e Arte: 'Vazios Urbanos'. Publicação nº47/48 - Julho/Agosto (2007).

> As cidades deveriam ter planos estratégicos para este tipo de espaços (...) esta memória presente nalguns destes V.U.'s, é de grande importância no imaginá rio coletivo, tornando estes lugares únicos e irrepetíveis.[18]

Já, Kurt Forster, historiador da Escola de Arquitetura da Universidade de Yale, admite que:

> Efetivamente, a cidade moderna é feita de buracos, que nos revelam o seu permanente estado de incompletude. Mas esses buracos apresentam-se, acima de tudo, como uma promessa, uma fonte de possibilidades.[19]

Deste modo, a Rua D. João I pode ser vista como um panorama pertinente, onde os vazios permitem repensar a identidade e a função do espaço urbano. Entende-se então que não se pode apontar uma definição fixa de 'vazios urbanos', mas é consensual que estes são espaços essenciais à cidade, e que a sua importância deve ser tida em conta, na aproximação arquitetónica ao local. Percebe-se também que 'vazio' não se traduz propriamente numa ausência de tudo, mas sim num estado provisório de um lugar na malha urbana.

Os vazios urbanos contemporâneos caracterizam-se como sendo interstícios, onde nada acontece mas tudo pode acontecer. São considerados como 'verdadeiros silêncios'[20] na malha da cidade, não apenas enquanto ausências físicas, mas como intervalos carregados de potencial e significado, fenómeno este que já se tornou evidente na rua D. João I. Estes espaços interrompem a continuidade urbana e introduzem uma sensação de suspensão e quietude, marcada pela carência de atividade, de uso e, sobretudo, de sentido, o que fragiliza a experiência do espaço público. Todavia, estes vazios não devem ser entendidos apenas como lacunas inertes, mas como espaços que permitem uma leitura mais consciente da cidade, revelando a sua ausência e o seu potencial latente. Assim, o silêncio que instauram afirma-se como uma condição crítica e operativa, onde a arquitetura pode reconstituir relações entre o utilizador, o espaço e a identidade do lugar.

18 SANTOS, Sílvia: 'Espaços Urbanos Expectantes como Oportunidades para a Requalificação - Entre a cidade e o Rio (envolvente da Cordoaria)'. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa (2011).

19 FONSECA, Ana: 'Vazios Urbanos: Levantamento e soluções na cidade da Guarda'. Dissertação de Mestrado. UBI (2014).

20 JANEIRO, Pedro: 'Cheios Inúteis. A Imagem do Vazio na cidade'. Artigo apresentado no Seminário de Estudos Urbanos 'Vazios Inúteis'. ISCTE (2007), no âmbito da Trienal de Arquiteura de Lisboa.

É neste ponto que a relação com a cota soleira se torna particularmente relevante. Se os vazios urbanos evidenciam uma rutura na continuidade da frente edificada e na relação entre habitação e rua, a soleira, enquanto espaço de transição, apresenta-se como um dispositivo capaz de reintroduzir intercessão, uso e proximidade nesses intervalos. Mais do que um elemento associado exclusivamente ao limite físico do edificado, a soleira pode ser reinterpretada como uma estratégia de ativação do próprio vazio urbano, funcionando como extensão habitável que prolonga a esfera doméstica em direção ao espaço público. Deste modo, os vazios deixam de ser entendidos apenas como espaços de ausência para se afirmarem como oportunidades de construção de novas formas de relação entre o habitar e a cidade. Através da introdução de zonas de transição — plataformas, espaços intermédios, usos híbridos ou áreas de permanência — torna-se possível transformar estes interstícios em 'soleiras ampliadas', capazes de restaurar a continuidade urbana, incentivar a apropriação e reativar dinâmicas sociais ao nível da rua.

Assim, se os vazios urbanos representam a interrupção da relação entre edifício e cidade, a soleira afirma-se como um dispositivo de mediação capaz de restabelecer essa continuidade, reintroduzindo relações de uso, proximidade e articulação entre habitação e espaço urbano.

Análise da Rua e Território Circundante

Para a realização da análise da área de trabalho, o testemunho dos habitantes e utilizadores da rua revelou-se indispensável, constituindo um suporte fundamental à reflexão crítica e à fundamentação de uma proposta de intervenção, assumindo igualmente o papel de 'motor' de inspiração para reimaginar o potencial futuro da rua e de elemento catalisador na redefinição do seu papel e identidade no contexto da cidade de Guimarães. Numa primeira instância, verifica-se que a rua é constituída por territórios marcados por fragilidades de natureza espacial, social e programática. Neste sentido, a estratégia de intervenção proposta fundamenta-se numa lógica de decrescimento, privilegiando a reabilitação do existente, a ativação comunitária e a reconexão com o espaço público envolvente. A área de estudo incide sobre um eixo, cuja vivência se encontra fortemente condicionada pela sua função utilitária, funcionando sobretudo como percurso de passagem.

Não obstante, a rua apresenta um contexto urbano favorável ao situar-se no Centro Histórico de Guimarães e de estar contornada de inúmeros serviços, equipamentos e espaços culturais (figura 5), que reforçam o seu potencial de regeneração no contexto do decrescimento. Paralelamente, destaca-se a presença significativa de vazios e espaços devolutos. A perceção destes no quotidiano urbano é frequentemente associada a uma sensação de silêncio e descontinuidade. Apesar da sua heterogeneidade - alguns ocupados por estruturas degradadas, outros marginalizados ou consumidos pela vegetação - todos evidenciam a necessidade de reativação através da introdução de novos programas e dinâmicas urbanas.

No decurso de uma conversa com o Sr. Vasco, comerciante de uma loja de antiguidades da rua D. João I, os relatos por ele partilhados sobre a vivência na rua confirmaram, a priori, as observações iniciais. Segundo o seu testemunho, a rua perdeu progressivamente a sua centralidade social e urbana, assumindo-se atualmente como um espaço silencioso e subutilizado. Refere ainda que os utilizadores tendem a percorrê-la de forma automática, num 'modus operandi', desligadas do contexto envolvente, totalmente sucumbidas à cultura do 'fast living'. Este cenário revela um paradoxo: apesar da riqueza patrimonial presente e da memória coletiva do espaço entre os habitantes, esses elementos permanecem totalmente e indiferenciados pela generalidade dos utilizadores. Historicamente, a rua integrou um eixo relevante na estrutura urbana de Guimarães, cuja importância é ainda hoje assinalada por elementos patrimoniais como o Padrão de D. João I.

Contudo, nos dias de hoje, a rua evidencia um processo de declínio transversal às dimensões espacial, social, material e cultural. Este fenómeno tem vindo a intensificar-se de forma cumulativa, numa lógica de degradação progressiva: o aumento de espaços devolutos contribuiu para a dissolução das relações de vizinhança e para a perda de continuidade funcional ao nível do piso térreo. Consequentemente, verifica-se uma redução significativa do comércio local, em grande parte associada à deslocação dos consumidores para centros comerciais periféricos (figuras 13 e 14). Esta dinâmica resulta na diminuição da atividade urbana, com impactos diretos na vitalidade, na manutenção e na perceção de segurança do espaço público. A inatividade dos espaços comerciais ao nível do rés-do-chão compromete igualmente as relações sociais e a vivência coletiva da rua, conduzindo à sua degradação enquanto espaço público de convivência. O dinamismo e a qualidade das ruas dependem da integração entre as pessoas e as atividades que constituem o lugar. Efetivamente, sempre que ocorre uma separação acentuada entre zonas residenciais e não residenciais no tecido urbano, estas últimas tendem a transformar-se rapidamente em áreas degradadas.

No que diz respeito à estrutura comercial existente, identificam-se dois tipos distintos de estabelecimentos: por um lado, aqueles com maior capacidade de atração externa; por outro, os que se destinam predominantemente à população residente. Estes espaços desempenham um papel relevante na qualificação urbana, nomeadamente através das suas vitrinas, que estabelecem uma relação visual entre interior e exterior, contribuindo para a vitalidade e segurança do espaço público. Entre os estabelecimentos identificados, apenas a loja de reparações se destaca pela sua capacidade de atrair utilizadores de outras zonas da cidade, enquanto os restantes — como a loja de antiguidades, o minimercado e a loja de pintura — subsistem com dificuldades e perspetivas de negócio incertas (figura 6).

Paralelamente, destaca-se a análise dos espaços limiares, elemento relevante nesta investigação. Estes correspondem às zonas de transição entre o domínio privado e o espaço público, caracterizando-se pela sua porosidade e flexibilidade. A compreensão do seu funcionamento e dos padrões de utilização permite repensar a relação entre edifício, lote e cidade, evidenciando o seu potencial enquanto mediadores fundamentais na qualificação do espaço urbano. Outro aspeto analisado, foram as aberturas e os atravessamentos da rua existentes bem como os possíveis acessos que podem ser criados, de modo a conferir maior permeabilidade e dinamismo na ligação da rua e às vias pararelas (figura 7).

Adicionalmente, foi realizado um estudo das tipologias habitacionais presentes na rua, permitindo a sua sistematização em quatro categorias distintas: o lote em estado de ruína; o lote com uso misto, ao integrar comércio ao nível do rés-do-chão e um acesso vertical às habitações nos pisos superiores; o lote destinado integralmente à habitação; e, por último, o lote do tipo 'ilha' (figura 8). Esta classificação revelou-se fundamental para a compreensão da estrutura edificada existente e das dinâmicas de ocupação, constituindo uma base de suporte para a definição de estratégias de intervenção adequadas ao contexto.

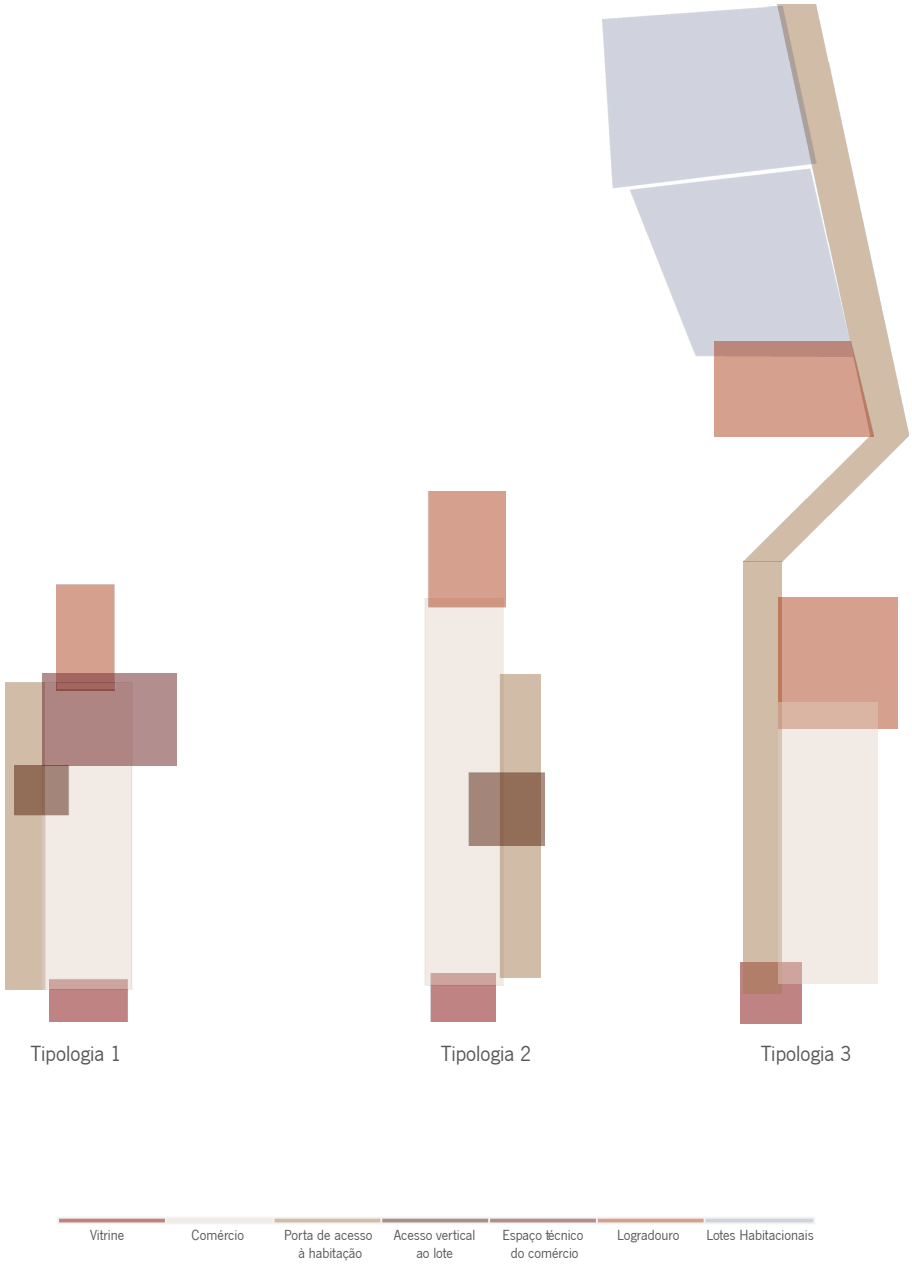


Figura 8. Tipologias Habitacionais presentes na Rua D. João I. A tipologia 1 e 2 correspondem à categoria de lote de uso misto e a tipologia 3 representa a categoria do lote tipo 'ilha'.

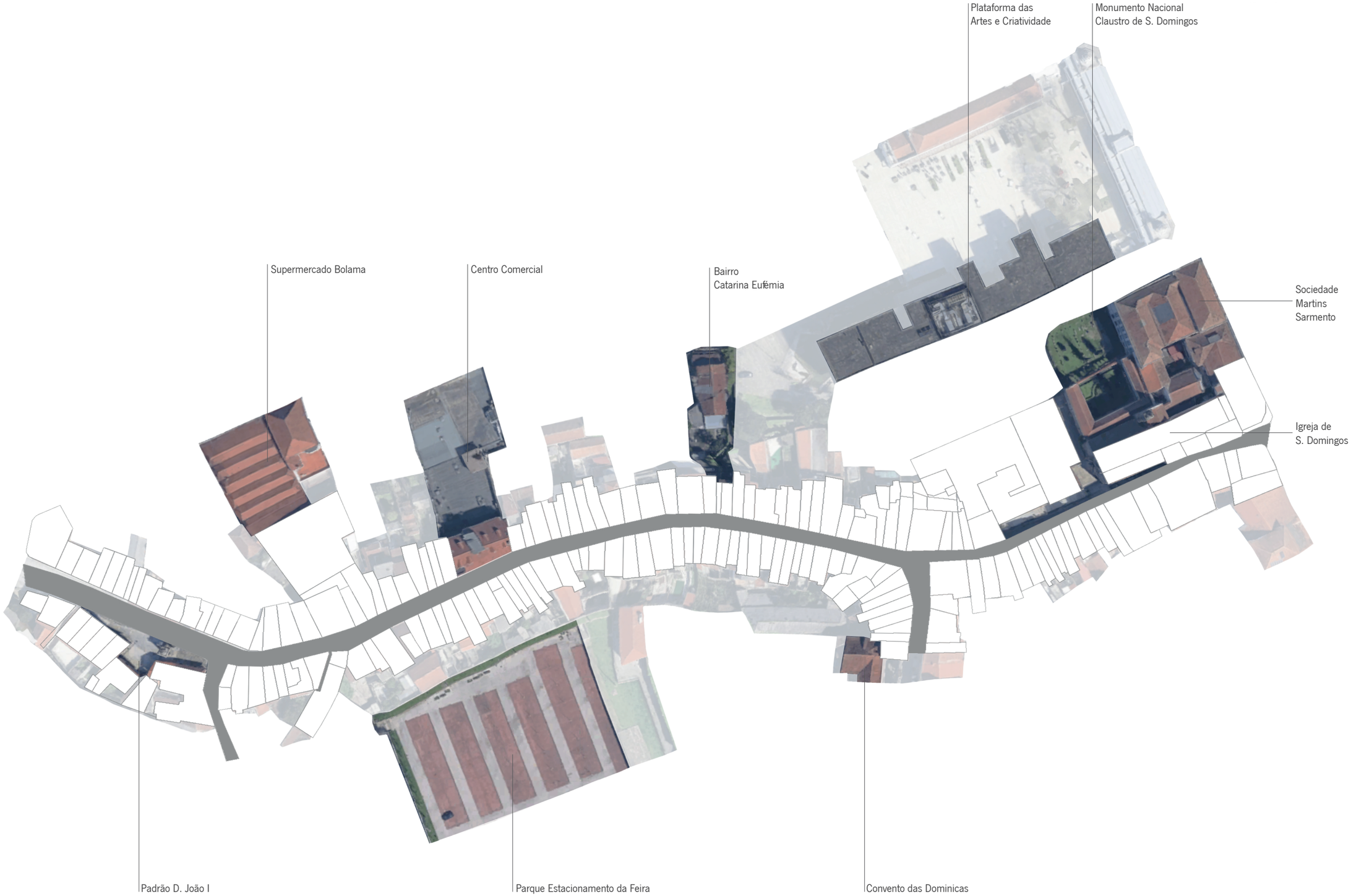


Figura 5. Planta de análise dos edifícios de referência da envolvente próxima da rua D. João I | Escala 1:1500



Figura 6. Diagramas de diferentes análises da rua D. João I | Escala 1:2000



Figura 7. Planta de análise de caminhos existentes e possíveis novos atravessamentos na rua D.João I | Escala 1:1500



Figura 9. Foto-Montagem da Rua D. João I | Escala 1:150



Figura 10. Perspetiva do conjunto edificado e perfil transversal da rua D. João I.



Figura 11. Perspetiva da rua D. João I (sentido ascendente) de Guimarães.



Figura 12. Perspetiva da rua D. João I (sentido descendente) de Guimarães.



Figura 13. Vitrine de um estabelecimento comercial abandonado.



Figura 14. Porta de estabelecimento comercial abandonado.



Figura 15. Fachadas típicas da rua D. João I com elementos em granito e taipa.



Figura 16. Apropriação do espaço público na rua D. João I pelo mini mercado.



Figura 17. Perspetiva da rua D. João I a partir da Igreja de S. Domingos.

Relação da Investigação com a Hipótese do Decrescimento Produtivo

A hipótese do decrescimento produtivo postula que uma reorganização radical e multiescalar da sociedade é necessária para conseguir uma redução drástica no consumo de recursos e energia e, portanto, permanecer dentro dos limites planetários. As cidades têm sido fundamentais para o desenvolvimento das sociedades por todo o mundo. Nas últimas décadas do século XX, estas ganharam ainda mais proeminência e muitas vezes, tornaram-se símbolos de identidade e riqueza de um país e/ou região. No contexto mundial, cada vez mais globalizado e antagónico, as cidades assumiram-se como o compêndio dos sucessos ou fracassos de um país.[21] Entraram em competição entre si pela captação de capital humano, cultural, turístico e financeiro e, em muitos casos, transformaram-se elas próprias em produtos destinados à promoção e comercialização. Estas ideias que surgiram na década de 1970 refletem, não apenas mudanças económicas e tecnológicas, mas também a primazia de uma cultura de crescimento ligados a ideias e práticas neoliberais.[22] Deste modo, o crescimento foi associado à expansão ilimitada e à obtenção de lucro, com o mínimo cuidado com as suas repercussões para as pessoas e lugares. Este 'ideal' de crescimento envolve a ideia de que os limites (para o crescimento) são negativos, e de que essas limitações são retrógradas e contrárias à suposta demanda contínua de crescimento (e consumo) que a sociedade deseja. Estes argumentos funcionam como legitimação para as próprias ideias neoliberais.

Estas políticas, resultaram em urbanização e construção ilimitadas, impulsionadas pelo poder dos mais ricos ou pela coerção dos mais pobres, e num uso desmedido de recursos. Simultaneamente, reforçou práticas repressivas e mecanismos de controlo, agravando desigualdades e injustiças no contexto urbano, social e económico, em vez de conseguir meios de as mitigar. A arquitetura tem desempenhado um papel central na relação entre a urbanização e o crescimento, estando ligada, tanto à identidade da cidade, como à construção do sujeito empreendedor ativo. As cidades não existem apenas onde a cultura do crescimento é implementada, mas também em áreas privilegiadas para o aumento de práticas comunitárias que priorizam os valores de reuso e criação coletiva, em detrimento dos valores de troca e mercantilização.

A cidade pensada no decrescimento, incorpora formas de arquitetura coletivas e/ou participativas em vários níveis, desde o micro nível do edifício comunitário, até ao bairro e até mesmo ao nível metropolitano.

21 VARVAROUSIS, Angelo; KOUTROLIKOV, Penny: 'Degrowth and the City'. Overgrowth, (2018).

22 DEEG, Anna: 'Parameters for a Degrowth Architecture: Subverting the Socio-Ecological Spatial Conditions of the Capitalist-Growth Regime'. Dissertação de Mestrado. Aalborg University, (2021).

Esta conceção de cidade não é uma utopia, trata-se de uma cidade que reconhece o caráter global do mundo contemporâneo e que tenta limitar alguns dos seus aspetos sociais e ambientais mais adversos de maneira a permitir o surgimento de espaços para novas ligações e padrões de vida comuns. No contexto da presente investigação, esta abordagem traduz-se na valorização do existente, na reocupação dos espaços devolutos e na criação de uma rede de relações de proximidade.

Explicou Phineas Harper, um dos curadores da Trienal de Arquitetura de Oslo de 2019:

> O decrescimento é uma redução planeada do consumo total de energia e materiais para realinhar a sociedade com os limites planetários, melhorando simultaneamente a vida das pessoas e distribuindo os recursos de forma justa. É um modelo económico que reconhece que o caminho para um maior bem-estar para todos não passa por mais extração e expansão, mas sim por mais partilha e cooperação.[23]

Mais do que representar uma prática arquitetónica ou urbanística, o decrescimento constitui uma agenda política que, quando articulada com novas perspetivas de intervenção no território, pode transformar de forma profunda o ambiente construído.



Figura 18. 'O único crescimento sustentável é o decrescimento'.
Fonte: https://overpopulation-project.com/degrowth/

23 FREARSON, Amy: 'Ten Ways Architecture could cupport a Degrowth Economy'. Dezeen, (2019). Disponível em: https://www.dezeen.com/2019/11/19/degrowth-architecture-oslo-architecture-triennale-2019/

Capítulo III | Estratégia de Intervenção na rua

Plataforma das Artes versus Centro Histórico de Guimarães

Espaço Limiar como Potenciador de novas sinestesias

Caso de Estudo - Lote X - O Lúdico na experiência do espaço público

Plataforma das Artes versus Centro Histórico de Guimarães

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa e depois da análise realizada do espaço da rua, foi possível observar que a relação deste lugar com a Plataforma das Artes e da Criatividade surge como um dos fatores mais frágeis dentro do âmbito da experiência urbana da cidade de Guimarães.Esta fragilidade revela-se na dificuldade de estabelecer continuidades espaciais e funcionais entre os dois elementos, evidenciando um afastamento entre os usos quotidianos da rua e a lógica programática e formal associada à Plataforma. Esta contextualização surge da leitura do artigo intitulado "A competitividade do centro histórico e a Plataforma das Artes e da Criatividade"[24], que analisa a relação entre a intervenção da PAC e a dinâmica urbana do centro histórico de Guimarães, no contexto da estratégia de regeneração associada à Capital Europeia da Cultura de 2012. O artigo escrutina o papel da Plataforma como infraestrutura urbana e cultural, bem como a sua capacidade de reconfigurar centralidades e fluxos na cidade.

Apesar de ter sido um espaço planeado como elemento estruturante de regeneração urbana, a sua evolução revela um desfasamento entre a sua génese e o uso efetivo do espaço. Na prática, constitui-se num território pouco apropriado, onde as áreas públicas são mais transitáveis do que apropriáveis, contribuindo para uma perceção de fraca vitalidade urbana.

Do ponto de vista formal, a Plataforma apresenta-se por volumes autónomos que, apesar de serem coerentes como objeto arquitetónico, têm limitada articulação com o tecido envolvente, o que resulta numa descontinuidade urbana face ao centro histórico e áreas adjacentes, nomeadamente, face à Rua D. João I. Aspetos como a ausência de atividades contínuas e de diversidade programática contribuem para a sua perceção como um espaço vazio. Na realidade, o que foi pensado como elemento de ligação e ativação urbana tende a funcionar como espaço de transição pouco qualificado, revelando-se como uma rutura e não como um elemento de diálogo com a dinâmica urbana preexistente (figura 19).

O artigo apresenta quatro eixos estratégicos delineados de desenvolvimento da PAC. No Eixo I - Plataforma de Produção e Criação, a Plataforma é idealizada como espaço de produção cultural e agente de regeneração económica, ao passo que, no Eixo IV - Plataforma de encontro e fruição de todos os que vivem e visitam Guimarães, é enfatizada a capacidade da plataforma ser um espaço de encontro e de

24 MATEUS, Augusto; Sociedade de Consultores: 'A Competitividade do Centro Histórico de Guimarães e Plataforma das Artes e Criatividade: Diagonóstico, Estratégia e Prospetiva'. Relatório final promovido pela Câmara Municipal de Guimarães, (2010).

promoção de experiências lúdicas, expandindo a vida urbana além do centro histórico da cidade e associando-a aos restantes pólos culturais da urbe. Todavia, a leitura atual mostra que estes objetivos se concretizam apenas parcialmente, já que a pretendida centralidade e dinamização cultural não se traduzem de forma consistente na apropriação quotidiana do espaço.

Partindo desta reflexão crítica, estabelece-se a escolha estratégica do local de intervenção do presente trabalho. O Lote X (Lote 102) situa-se na fronteira entre a Plataforma das Artes e da Criatividade e a Rua D. João I, constituindo um espaço de transição relevante na estrutura urbana. A escolha deste lote (tipo ruína) enquanto lugar de intervenção decorre da leitura anteriormente apresentada e procura constituir uma solução às fragilidades identificadas no espaço público circundante à PAC (figuras 23, 24 e 25).

Neste sentido, a intervenção no Lote X pode ser entendida como uma proposta de natureza crítica, na medida em que procura questionar e problematizar a condição de aparente inércia do espaço urbano adjacente, quer da própria rua D. João I, quer da PAC, ao, através de um programa de usos heterogéneos, que procurar encontrar novas possibilidades de articulação entre a Rua, a Plataforma e o tecido urbano consolidado.



Figura 20. Perspetiva superior da praça da Plataforma das Artes com foco na sua articulação com o Bairro Catarina Eufémia.



Figura 21. Vista do espelho de água da Plataforma das Artes e da área de desaguamento do caminho público existente desde do Bairro Catarina Eufémia.

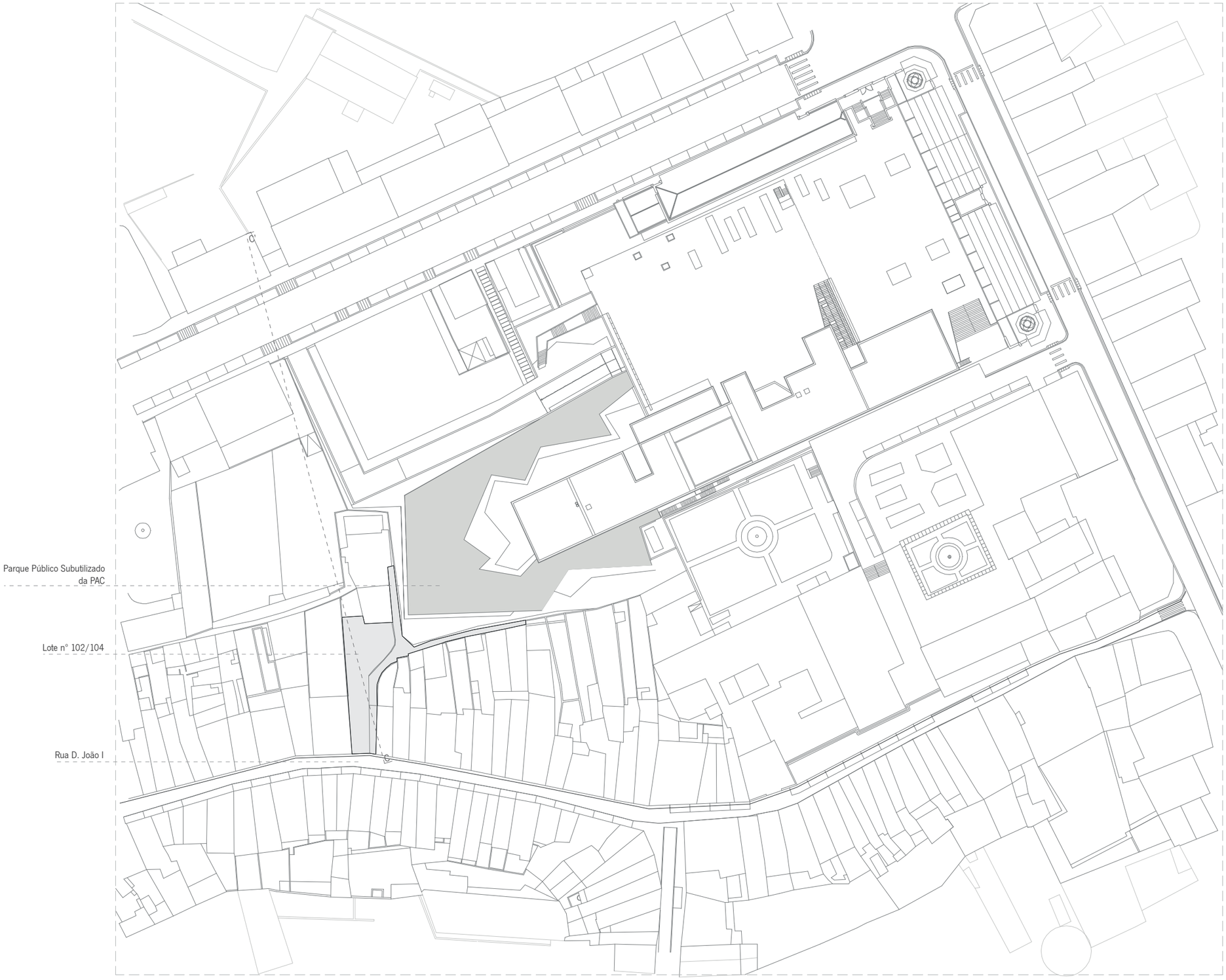


Figura 19. Planta de Análise da relação do Lote de Intervenção com o Espaço Público da Plataforma das Artes | Escala 1:1000



Figura 23. Alçado Frontal do Lote de Intervenção - Lote 102/104 | Escala 1:100



Alçado Posterior - Norte
vista do interior do quarteirão

Lote nº 102/104

Figura 24. Alçado Posterior do Lote de Intervenção - Lote 102/104 | Escala 1:100

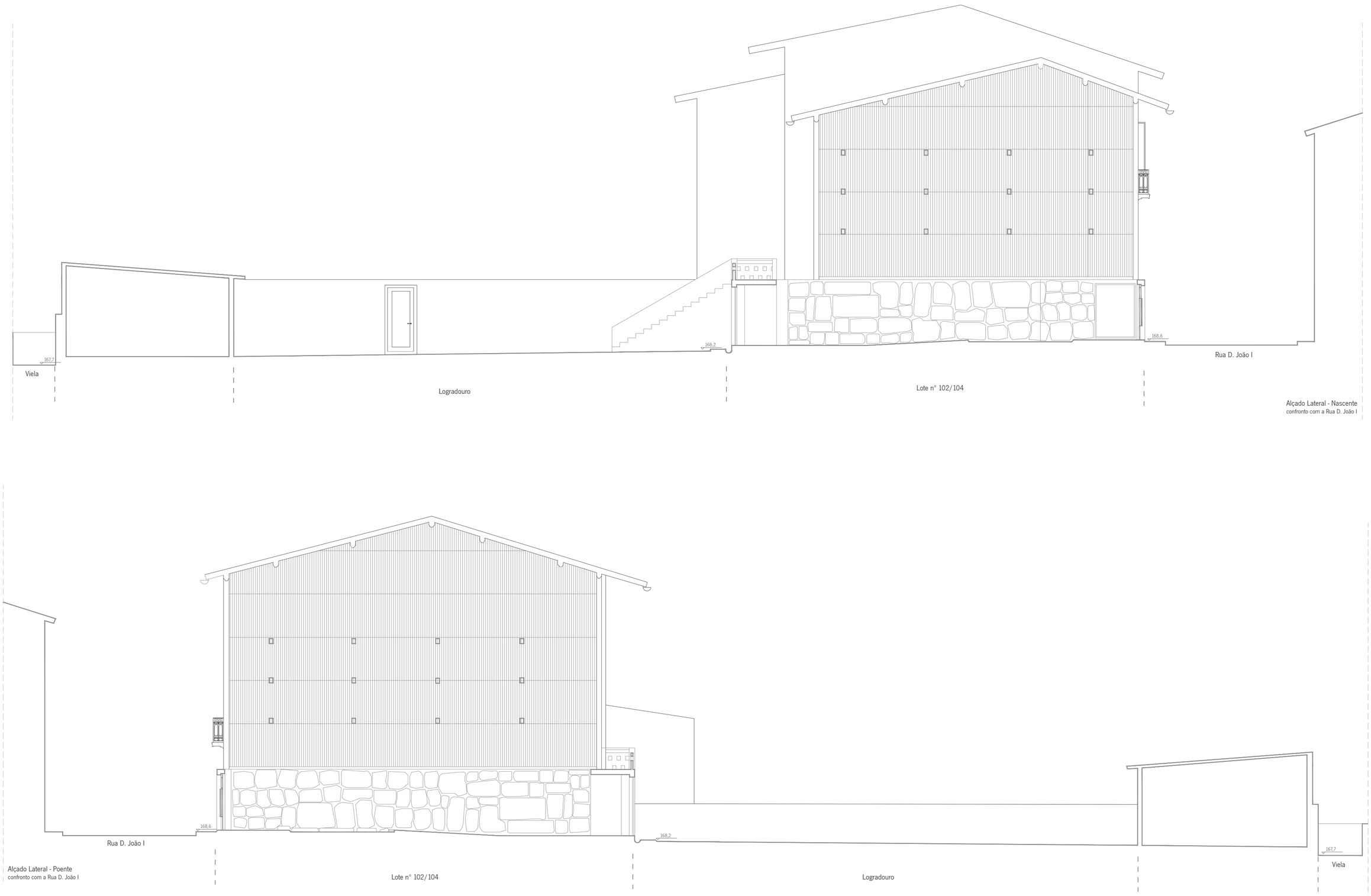


Figura 25. Alçados Laterais do Lote de Intervenção - Lote 102/104 | | Escala 1:100

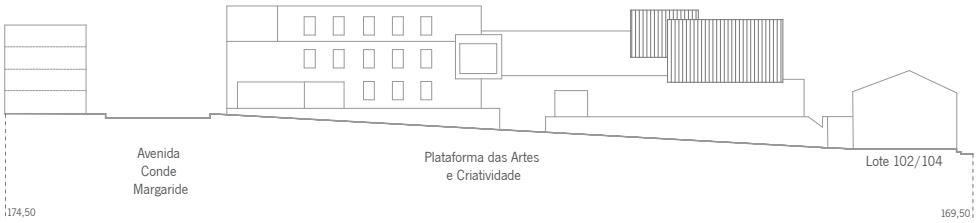


Figura 22. Corte/Alçado CC' da Avenida Conde Margaride e Lote de Intervenção | Escala 1: 1000.

Espaço Limiar como Potenciador de novas sinestesias

Após uma análise mais aprofundada da rua, verificou-se que, ao nível do piso térreo, os diferentes estabelecimentos comerciais conferem uma qualidade urbana singular, através das vitrinas/escaparates, que permitem aos transeuntes observar a atividade interior. Para além de acolherem funções específicas, estes espaços estabelecem uma relação direta com a rua, integrando-se no domínio público ao ampliar campos de visão que enriquecem o panorama urbano. Esta permeabilidade visual contribui para o reforço da identidade da rua e para o estímulo da atividade pedonal, potenciando novas formas de apropriação coletiva do espaço. Neste contexto, o conceito de espaço limiar revela-se fundamental para a estratégia de intervenção, ao permitir repensar a relação entre rua, lote e cidade. Entendido como espaço de transição entre o interior (privado) e o espaço público, o espaço limiar configura-se como um território intermédio, caracterizado por porosidade e flexibilidade espacial.

Os espaços limiares, pela sua natureza intermédia, constituem contextos particularmente propícios à emergência de uma condição sensorial ampliada. Ao situarem-se entre diferentes ambientes — interior/exterior, público/privado —, permitem a sobreposição de atmosferas e estímulos: a variação da luz natural filtrada pelas vitrinas, os sons que transitam entre o espaço interior e a rua, as diferenças térmicas e materiais que se fazem sentir na passagem entre ambientes. Esta coexistência de estímulos cria uma experiência espacial mais densa e envolvente, na qual o utilizador não apenas observa o espaço, mas o vivencia de forma integrada.

Neste sentido, torna-se considerável a reflexão de Laurence Kimmel, ao destacar o papel dos espaços intermédios na construção de uma perceção gradual e consciente da arquitetura.[25] Nesta linha de pensamento, os limiares são considerados espaços de transição sensível, onde a mudança não ocorre de forma abrupta, mas através de um processo contínuo de experiências que permitem ao corpo adaptar-se e reconhecer o espaço (Kimmel, 2012). Ao introduzirem ambiguidade e funcionalidade, os 'limiares' permitem a emergência de usos informais e de práticas quotidianas que reforçam a vitalidade urbana (Hertzberger, 1991). Esta condição é particularmente evidente naquilo que se pode designar como 'cultura de soleira', onde o espaço de transição se torna lugar de permanência, encontro e observação.

25 KIMMEL, Laurence: Architecture of Threshold Spaces: 'A critique of the Ideologies of Hyperconnectivity and Segregation in the Social-Political Context', (2021).

Deste modo, o espaço limiar funciona como um filtro ativo de transição, estabelecendo relações visuais, funcionais e sociais, permitindo que as atividades internas sejam observadas a partir do espaço público e vice-versa. Esta reciprocidade, nesta circunstância, não só intensifica a vitalidade urbana, como incentiva a interação social e a apropriação coletiva do espaço público. Simultaneamente, ao potenciar experiências sinestésicas, contribui para uma perceção mais complexa e significativa do ambiente urbano, refutando a tendência contemporânea para a homogeneização sensorial dos espaços. A valorização do espaço limiar, integra uma abordagem crítica ao modelo urbano predominante, ao alinhar-se com princípios que destacam a intensificação qualitativa da experiência em detrimento da expansão quantitativa. Ao operar com o existente e ao capitalizar as qualidades dos espaços intermédios, torna-se possível revitalizar as dinâmicas urbanas através de ações minimalistas, mas estrategicamente bem posicionadas.

Para sintetizar esta ideia, o espaço limiar deve ser entendido como um elemento estruturante na reconfiguração da relação entre habitação e cidade, constituindo um campo ativo de mediação e intensificação sensorial, capaz de promover novas formas de experiência urbana e reforçar a identidade do lugar.

Caso de Estudo - Lote X - O Lúdico na Experiência do Espaço Público

Depois da definição da área de intervenção e da análise realizada, procedeu-se à reflexão sobre a génese da proposta. A questão central consistiu em compreender de que modo as pessoas poderiam apropriar-se daquele espaço em ruína e transformá-lo numa infraestrutura de ligação à cidade, funcionando como elemento de 'charneira' entre a Avenida Conde Margaride, a Plataforma das Artes e Criatividade e o confronto com a Rua D. João I. Localizado num ponto estratégico, o espaço revela um conjunto de possibilidades programáticas enquadradas numa perspetiva de decrescimento e na revalorização de uma identidade urbana perdida.

A partir desta premissa, surgiu a ideia de utilizar o 'lúdico' como instrumento potenciador de novas dinâmicas no local e, por consequência, na envolvente. Este conceito é central na obra de Aldo van Eyck. Para este arquiteto, a arquitetura não deve ser apenas funcional, mas deve sim, estimular o encontro, a imaginação, o jogo, o divertimento e a relação humana. Van Eyck criticava a rigidez da arquitetura modernista do pós-guerra (IIGM), defendendo espaços mais humanos e apropriáveis. O lúdico manifesta-se como liberdade de uso, incentivo à diversão, participação espontânea e relação social informal, ao permitir múltiplas interações e usos heterogéneos. Os playgrounds de Amesterdão ilustram este princípio: transformar vazios urbanos em estruturas lúdicas de pequena escala, compostas por formas geométricas elementares e dispositivos abstratos, promovendo interpretações abertas e usos espontâneos. A noção de cidade como playground resulta da recusa das dicotomias modernas entre público e privado, interior e exterior, brincar e habitar, substituindo-as por espaços intermédios e relações mais fluidas. A obra do Orfanato de Amesterdão[26] reforça esta abordagem, com percursos não lineares, pequenas praças internas e zonas intermédias que produzem uma experiência exploratória e flexível. Van Eyck entende o lúdico não como exclusivo do universo infantil, mas como estratégia de humanização, ao promover a interação, descoberta e apropriação coletiva do espaço. A partir desta reflexão, tornou-se pertinente pensar o lúdico como agente transformador na cidade de Guimarães (figura 26). Este tipo de programa permanece pouco explorado, existindo dispositivos de diversão pouco integrados no tecido urbano e pouco atrativos para diferentes faixas etárias. O festival 'Cinema em Noites de Verão', organizado pelo Cineclube de Guimarães em parceria com a CMG, demonstra, contudo, a forte adesão da população a iniciativas culturais ao ar livre. Este dado constitui o ponto de partida para o programa do projeto: o espaço deve ser sedutor e convidativo, promovendo uso efetivo e não apenas de contemplação.

26 STRAUVEN, Francis: 'Aldo Van Eyck´s Orphanage: A Modern Monument', (1996).

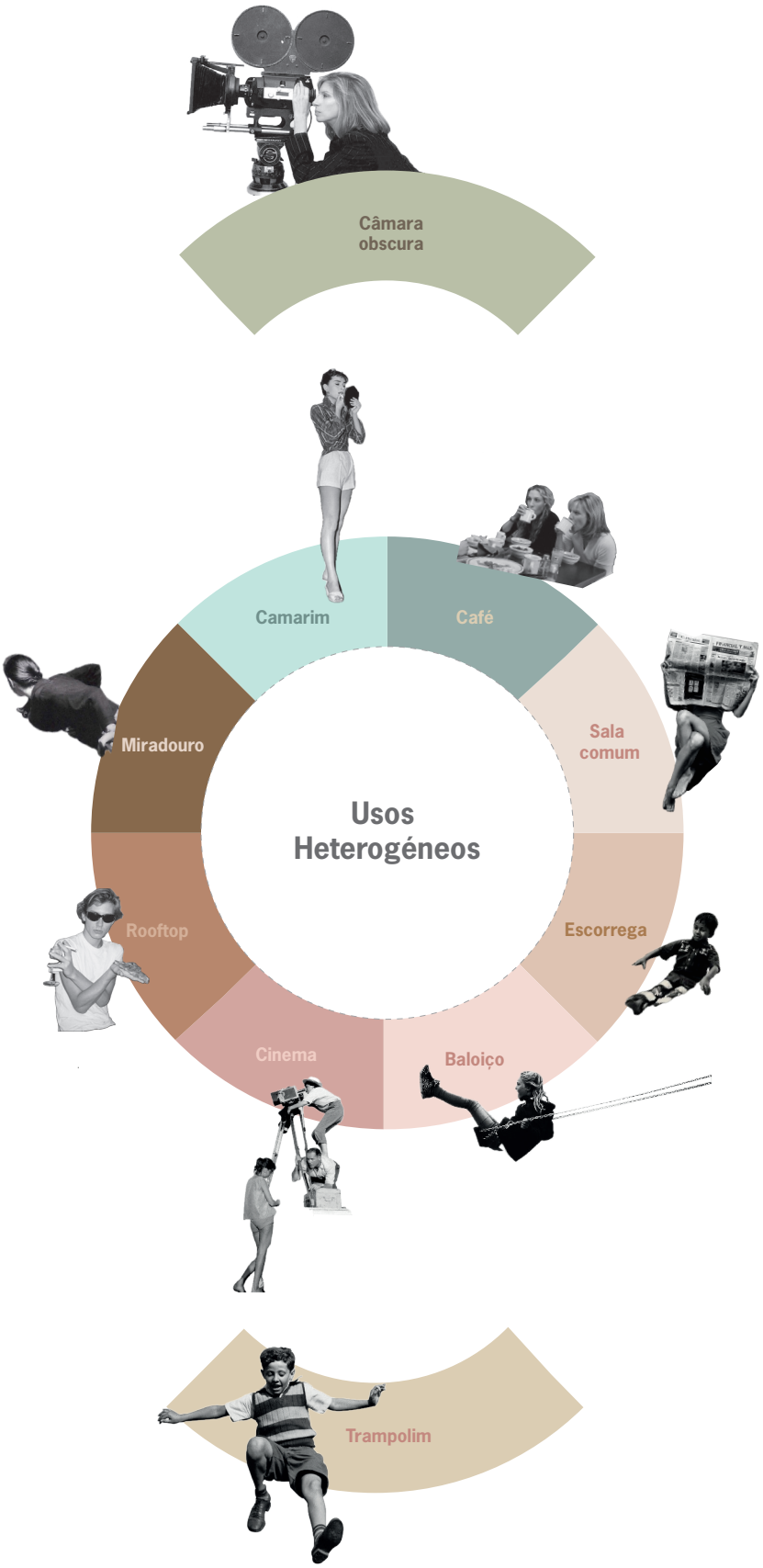


Figura 26. Diagrama do Programa do Projeto.

Assim, um dos primeiros espaços pensados no Lote X foi o cinema ao ar livre, entendido como espaço híbrido capaz de acolher concertos, festas e até pista de dança, através da zona de plateia composta por volumes aerodinâmicos que se movem verticalmente através de uma plataforma embutida no terreno. A ideia inspira-se na Schaubühne, teatro em Berlim, que resultou da reabilitação do antigo cinema Universum, projetado por Eric Mendelsohn em 1928. A Schaubühne evidencia uma interpretação arquitetónica centrada na fluidez espacial e no dinamismo formal, onde a forma construída deixa de ser estática e passa a expressar movimento, intensidade visual e modernidade tecnológica. Este espaço encontra-se no centro do Lote X e torna-se no núcleo performativo que sustenta os restantes espaços, podendo assumir várias formas através do manuseamento das alturas das plataformas embutidas e assim, acolher vários tipos de eventos/atividades. Através de uma laje pré-existente, define-se o local da tela de projeção, sob a qual se organiza um espaço de camarim e apoio a eventos, passível de ser fechado com biombos ou totalmente aberto, permitindo o atravessamento direto do lote (figura 27).

Na entrada, no confronto com a Rua D. João I, propõe-se um espaço de recreio com escorrega e baloiços suspensos nas vigas pré-existentes. Adicionalmente, desenha-se um espaço de café e sala comum, situado atrás do auditório, funcionando como prolongamento da plateia e como área de lazer e convívio. Embora este programa introduza dinamismo na malha urbana, revelou-se restrito para garantir uma estratégia eficaz de convite e participação dos habitantes do cidade. Por conseguinte, integrou-se no projeto um equipamento urbano ausente na cidade, um miradouro (figura 28). Esta rua, marcada por uma identidade habitacional consolidada há séculos, necessita de um elemento novo e distintivo. As tentativas recentes de revitalização — comércios ou associações — fracassaram por serem programas estáticos, encerrados e sem comunicação com o espaço público. A introdução do conceito de *'uncanny'*[27] permite pensar o projeto como mecanismo de estranheza dentro da malha consolidada. Através de estruturas móveis, programas híbridos e dispositivos lúdicos, o lote deixa de ser passivo e torna-se agente catalisador de novas dinâmicas urbanas, ao produzir curiosidade, surpresa e novas formas de apropriação coletiva (figuras 29 e 30).

O miradouro materializa esta intenção: projeta-se para além do alinhamento das fachadas, tornando-se assim um elemento incomum no contexto envolvente. É constituído por uma estrutura treliça metálica, com tabuleiro inferior, sobre a qual apresenta uma geometria do tipo Warren, reforçada com montantes verticais (figura 31). O acesso é feito por dois elevadores de tesoura embutidos no solo, estrategicamente posicionados, suportados por duas sapatas de betão. O primeiro, junto à Rua D. João I, encaminha dire-

27 VIDLER, Anthony: 'The architectural Uncanny: Essays in the Modern Unhomely', (1992).

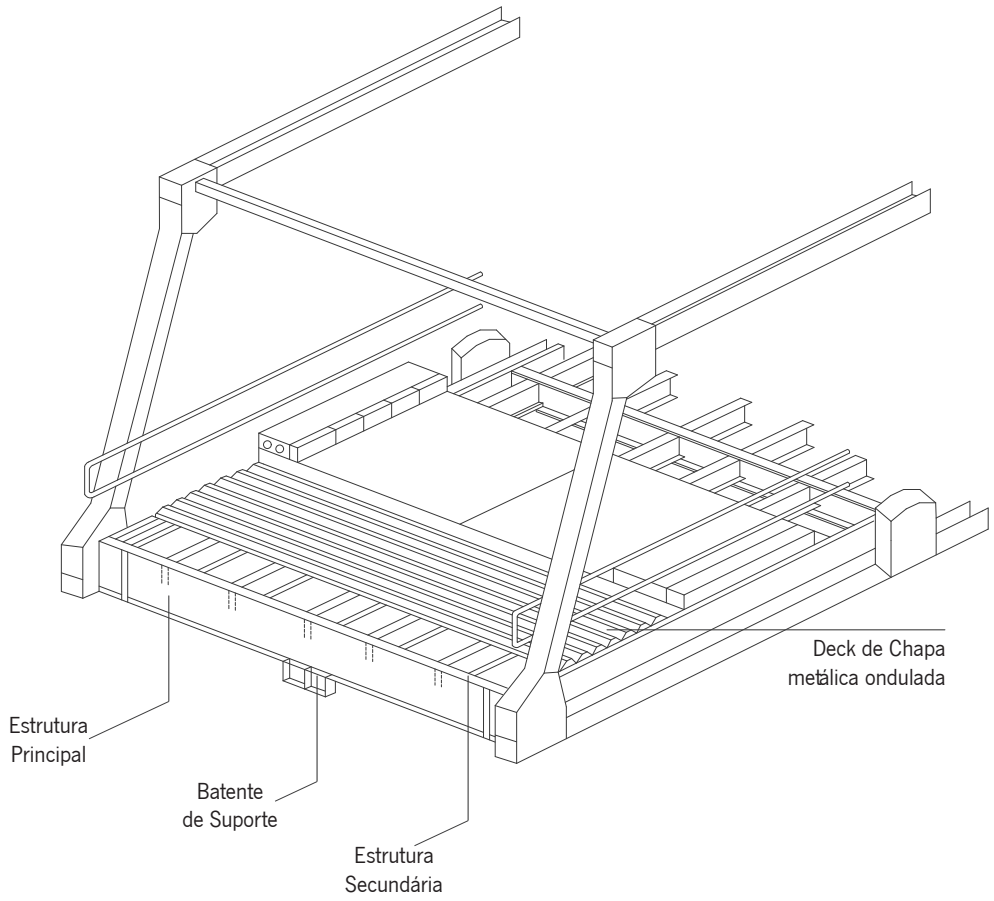


Figura 31. Axonometria explicativa da estrutura metálica do miradouro | Escala 1:30.

tamente para o topo do miradouro; o segundo, situado na área de café e lazer, possui um nível intermédio que dá acesso a um rooftop, que pode funcionar como espaço de convívio ou extensão da área performativa e de audiência. Este equipamento reforça a ideia de percurso lúdico, com atividades distribuídas por diferentes cotas, criando uma experiência quase performativa ao transeunte, tanto ao nível da cota de soleira como no percurso elevado.

Não obstante, este projeto tem como uma das suas premissas fundamentais a reativação das dinâmicas urbanas na Rua D. João I. Nesse sentido, foram pensados outros equipamentos a implementar na rua, funcionando como um prelúdio do que se desenvolve no interior do Lote X. Um desses dispositivos é a instalação de uma câmara obscura no Padrão de D. João I, através de uma caixa com um pequeno orifício numa das faces. A luz que atravessa esse orifício projeta no interior do monumento uma imagem invertida do exterior, transformando a perceção do espaço e produzindo uma experiência sensorial e ótica singular. O resultado é uma realidade simultaneamente familiar e bizarra, reconhecível mas transformada, evocando o conceito de Vidler (1992).

De forma análoga, no lado oposto da charneira do Lote X, em confronto com a Plataforma das Artes, propõe-se a instalação de um trampolim, que funciona como elemento "metediço" e indiscreto. Embora situado fora dos limites do lote, torna-se presente na medida em que, ao saltar, os utilizadores conseguem vislumbrar o que ocorre no interior das paredes e na cota inferior do miradouro. Este dispositivo é entendido como uma peça lúdica introdutória ao Lote X para quem acede a partir da Plataforma das Artes, tal como a câmara obscura desempenha função equivalente na outra face da rua. Apesar da sua escala reduzida, estes dispositivos transformam a perceção do percurso urbano e atuam como mediadores do que se revela, de forma ampliada, no interior do Lote X. Assim, estes equipamentos afirmam-se como extensões diretas da intervenção, antecipando a experiência lúdica e exploratória proposta para o Lote X e contribuindo para a reativação da Rua D. João I. No seu conjunto, consolidam o projeto como um mecanismo eficaz de regeneração urbana, capaz de transformar um vazio degradado num espaço ativo, participativo e integrado na dinâmica contemporânea da cidade de Guimarães.



Figura 32. Vista do Interior do lote de Intervenção (Lote X).



Figura 33. Passagem existente para o bairro tipo 'ilha' Catarina Eufémia, através da entrada do Lote 100.



Figura 34. Caminho de acesso às habitações do bairro Catarina Eufémia.



Figura 35. Rampa e escadaria de acesso à Plataforma das Artes.



Figura 36. Caminho existente no Bairro Catarina Eufémia.



Figura 37. Pórtico de entrada do bairro tipo 'ilha' Catarina Eufémia - Lote 100.

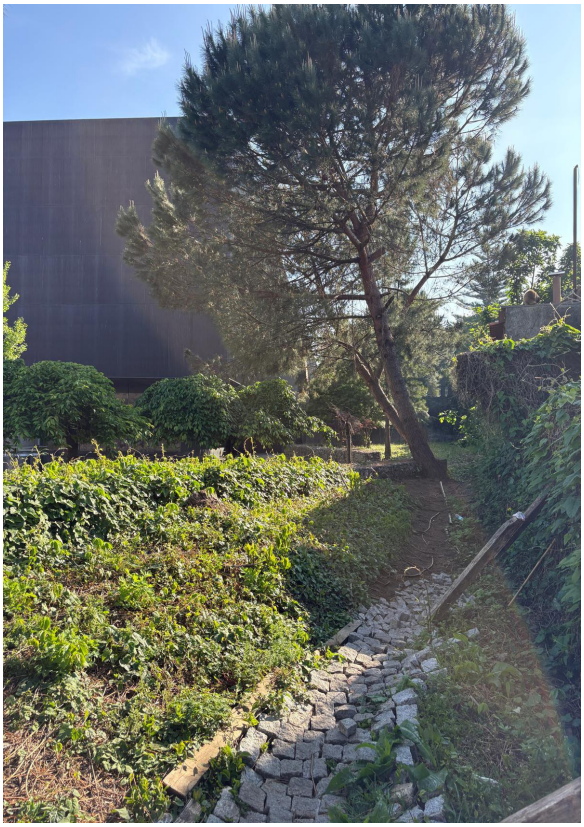
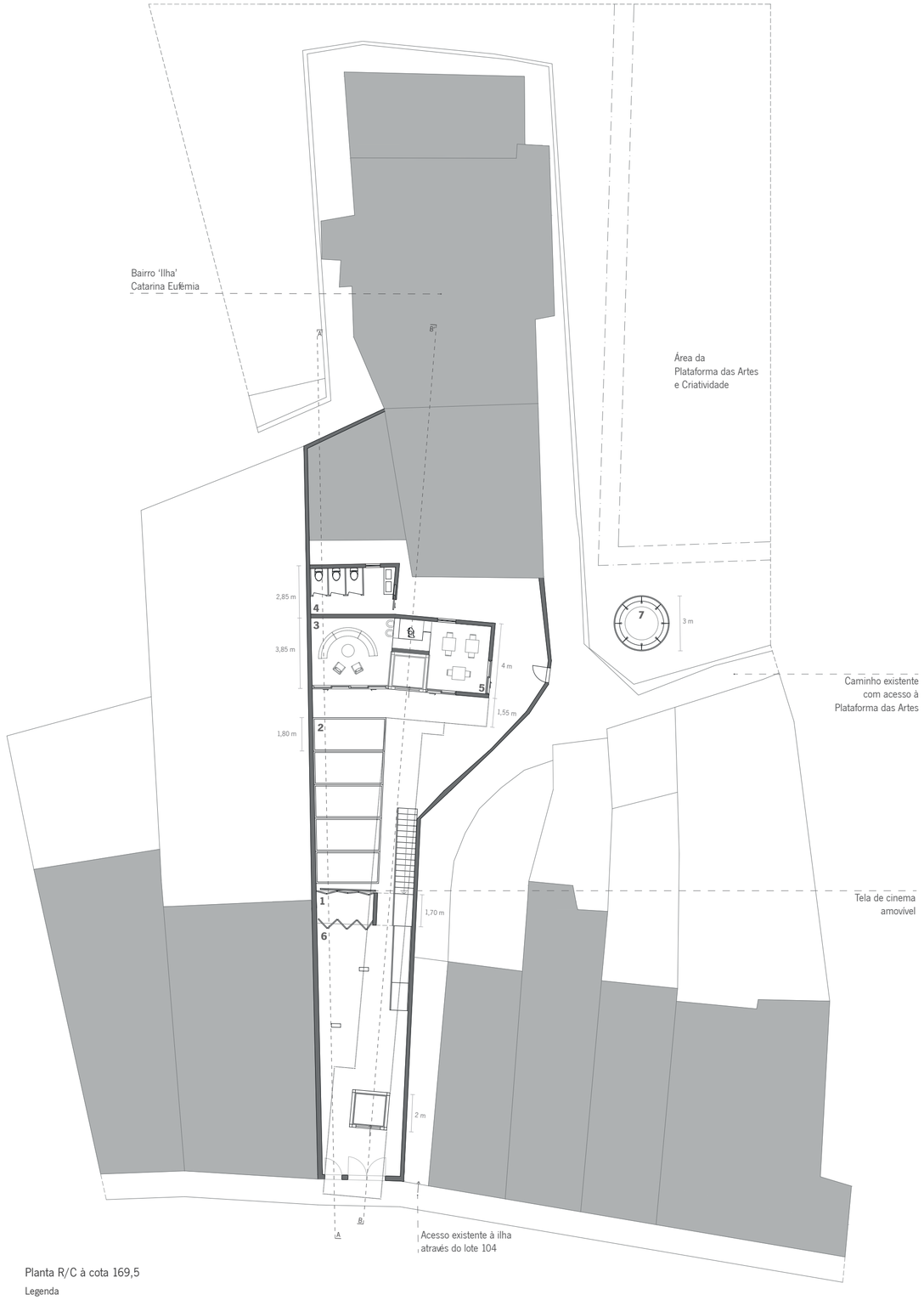


Figura 38. Acesso público existente à Plataforma das Artes através do Bairro Catarina Eufémia.



Figura 39. Fachada do Lote de Intervenção (Lote X).



Planta R/C à cota 169,5

Legenda

1 - Espaço de Camarim 2- Espaço de Audiência 3 - Sala Comum 4 - Casas de Banho 5 - Zona de Café 6 - Espaço de Recreio 7 - Trampolim 8 - Rooftop 9 - Miradouro



Planta à cota 173,5

Legenda

8 - Rooftop

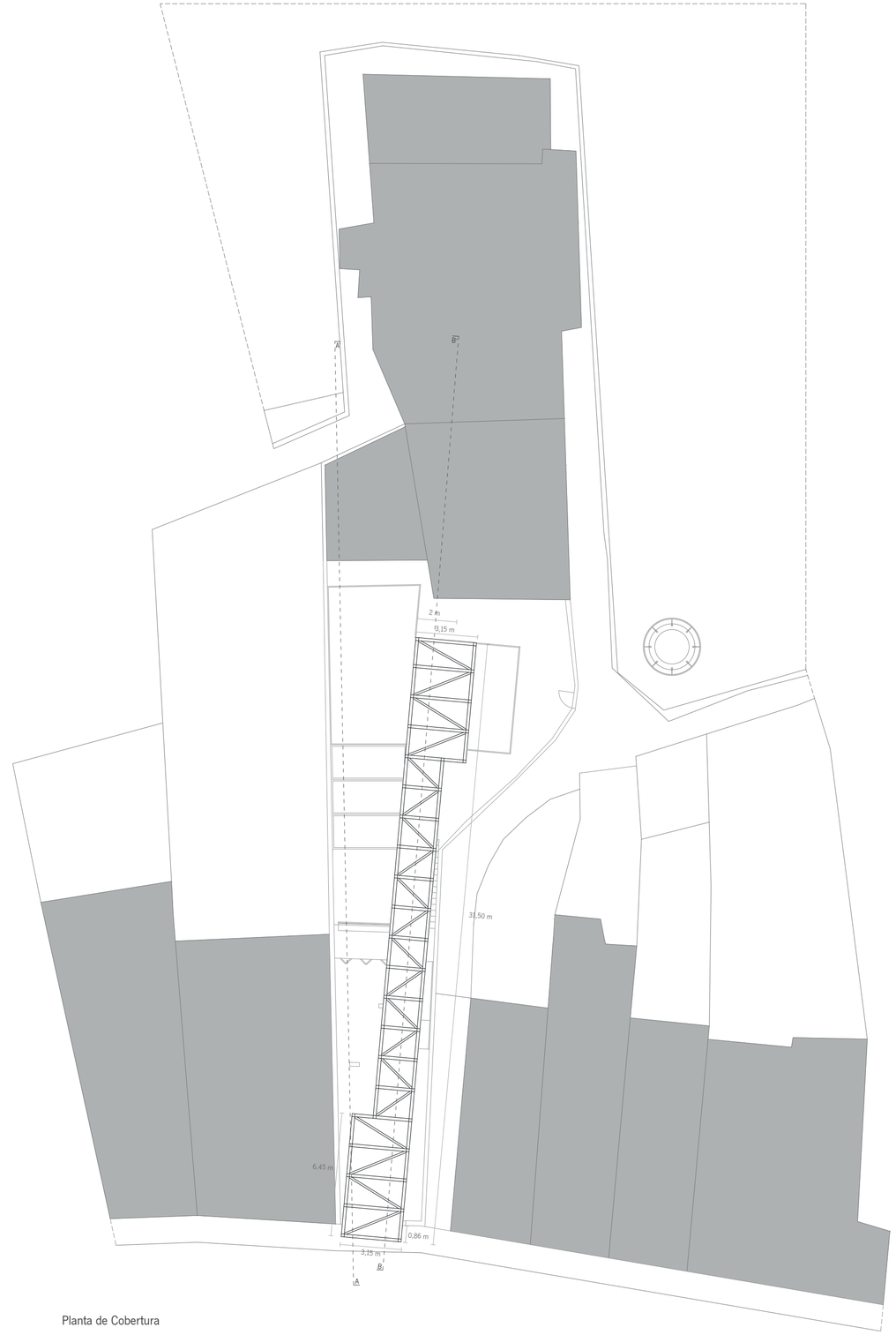
Figura 27. Plantas da Proposta de Intervenção do Lote X | | Escala 1:200



Planta R/C à cota 177,5

Legenda

9 - Miradouro



Planta de Cobertura

Figura 28. Plantas da Proposta de Intervenção do Lote X | | Escala 1:200

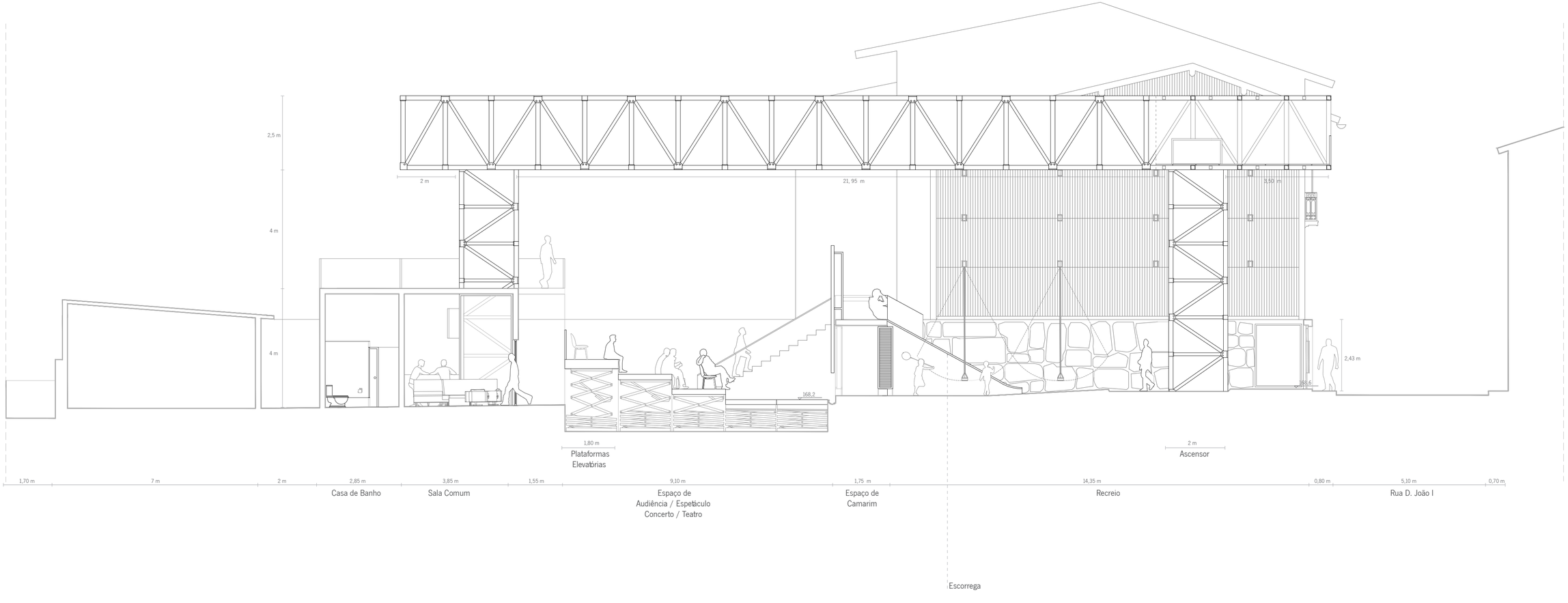


Figura 29. Corte AA' da Proposta de Intervenção do Lote X | | Escala 1:100

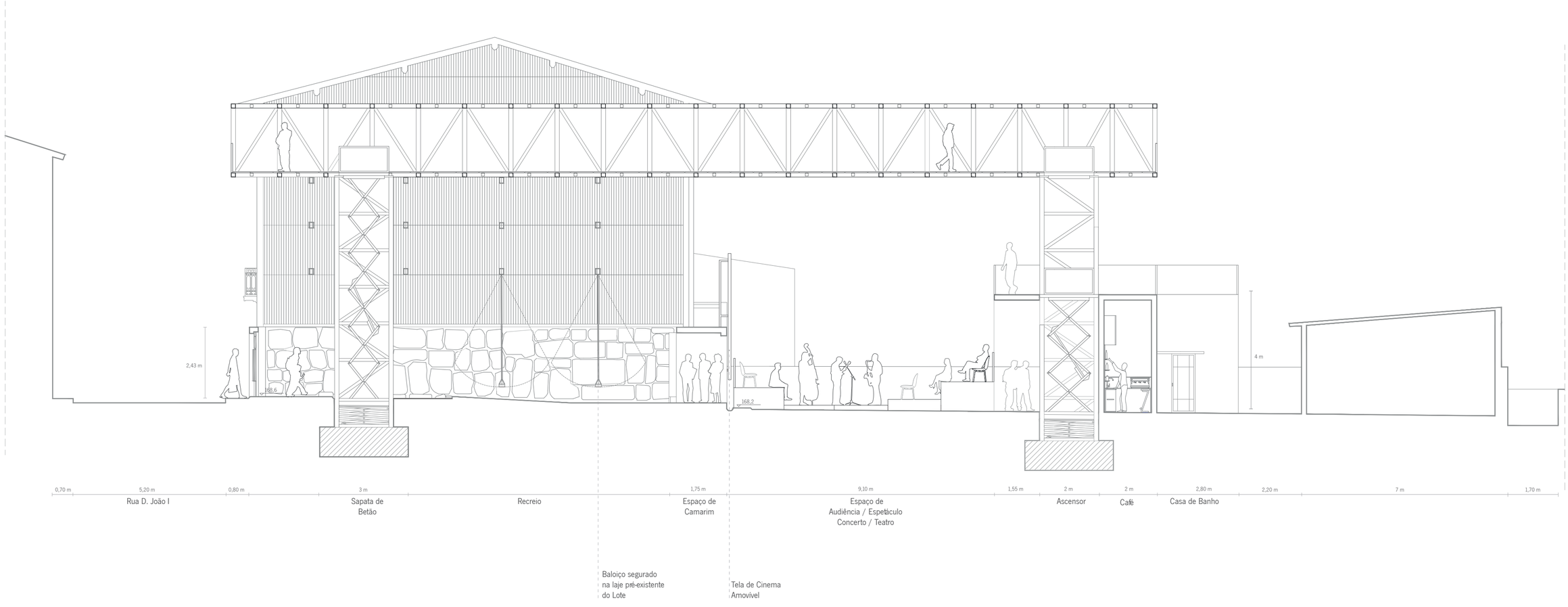


Figura 30. Corte BB' da Proposta de Intervenção do Lote X | | Escala 1:100

Notas Finais | Conclusão

Reflexões Finais

Referências Bibliográficas

Reflexões Finais

O desenvolvimento desta investigação torna legítima a afirmação de que intervir no existente exige mais do que apenas diagnosticar questões problemáticas ou propor soluções formais: necessita compreeder a complexidade das relações que suportam a vida urbana e assumir uma atitude crítica perante os paradigmas que historicamente moldaram o território. A pesquisa evidenciou que a Rua D. João I não é apenas um espaço físico marcado por fragilidades, mas sim um lugar onde se condensam conflitos sociais, económicos e culturais que desafiam a prática arquitetónica.

Ao longo deste trabalho, tornou-se claro que a regeneração urbana não pode ser compreendida como um exercício exclusivamente técnico. O estudo do território mostrou que pequenas ações — quando intrínsecas na identidade, no uso e na experiência quotidiana — têm capacidade para originar transformações significativas. Esta observação reforça a necessidade de uma arquitetura que atue com precisão, sensibilidade e responsabilidade, ao valorizar o existente e reconhecer o potencial dos espaços intermédios e devolutos enquanto 'árbitros' de possíveis novas relações de proximidade. Ao trabalhar sobre uma ruína e sobre um vazio urbano, o projeto demonstrou que estes espaços, frequentemente entendidos como sedimentos da malha construída, podem ser reconvertidos em dispositivos ativos de regeneração. A introdução de um miradouro, de um cinema ao ar livre e de estruturas móveis funciona como um conjunto articulado de dispositivos que reinstalam condições de permanência, encontro e descoberta, capazes de reconfigurar a forma como o espaço é vivido e ocupado.

A proposta do Lote X corrobora que o lúdico e o performativo não são complementos programáticos banais, mas sim, instrumentos capazes de estimular novas leituras do espaço, reforçar a apropriação urbana e devolver significado e identidade ao espaço público. Esta abordagem permitiu questionar a rigidez funcional que frequentemente caracteriza a intervenção urbana, e gerou espaço a formas de habitar mais abertas, inclusivas e experimentais. A reflexão crítica sobre este processo revelou, contudo, que a arquitetura tem limitações quando confrontada com dinâmicas estruturais mais amplas — económicas, políticas ou sociais — que ultrapassam o alcance de uma intervenção localizada. Assim, o trabalho afirma que a arquitetura pode desempenhar um papel ativo na construção de cidades mais próximas e sustentáveis, desde que assuma uma posição consciente perante os impactos das suas decisões.

Para sintetizar, a intervenção proposta no Lote X mostra que a regeneração não é conseguida apenas através da reconstrução mas sobretudo da reativação de relações, práticas, memórias e modos de vivenciar a cidade. Ao transformar um vazio em possibilidade, o projeto demonstra que a arquitetura tem a capacidade de devolver sentido coletivo ao espaço público e de reinstalar a vida onde ela parecia suspensa. Este trabalho reafirma, assim, que o verdadeiro alcance da arquitetura reside na sua capacidade de criar condições para que a cidade volte a ser vivida — e é nesse gesto, simultaneamente discreto e transformador, que se encontra o contributo mais significativo desta investigação.

Referências Bibliográficas

AFONSO, José Ferrão; FERRÃO, Bernardo: "A Evolução da forma urbana de Guimarães e criação do seu património edificado". Guimarães: Câmara Municipal de Guimarâes, 2002.

AFONSO, José Ferrão; OLIVEIRA Marta; RAMOS Sílvia: Dossiê - "Guimarães ad radicem montis Latito", Publicação 'Monumentos' Vol. N° 33; INCM, 2013.

Arq./a. - Arquitetura e Arte, Publicação n°47/48 - Julho/Agosto 2007: "Vazios Urbanos" Trienal de Arquitetura de Lisboa, 2007.

CMG - Gabinete Técnico Local (G.T.L): "Guimarães - Património Cultural da Humanidade". Vol. I, Câmara Municipal de Guimarães, 2002.

DEEG, Anna: Parameters for a Degrowth Architecture: "Subverting the Socio-Ecological Spatial Conditions of the Capitalist-Growth Regime". Dissertação de Mestrado. Aalborg University, 2021. Disponível em: https://shre.ink/deeganna

EYCK, Aldo Van: The Child, The City and The Artist. An Essay on architecture. The in-between realm, Amsterdam, SUN Publishers, 2008.

FONSECA, Ana: "Vazios Urbanos: Levantamento e soluções na cidade da Guarda". Dissertação de Mestrado. Universidade da Beira Interior, 2014. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream

FREARSON, Amy: "Ten ways architecture could support a degrowth economy". Dezeen, 2019. Disponível em: https://www.dezeen.com/2019/11/19/degrowth-architecture-oslo-architecture-triennale-2019/

GEHL, Jan: "Cities for people". Island Press, 2010.

HERTZBERG, Herman: "Lessons for Students of Architecture". Rotterdam, 010 Publishers, 1998.

JACOBS, Jane: "The Death and Life of the Great American Cities". Random House USA, 1961.

JANEIRO, Pedro: “Cheios Inúteis. A Imagem do Vazio na cidade.” Artigo apresentado no Seminário de Estudos Urbanos, Vazios Inúteis. Trienal de Arquitetura de Lisboa. ISCTE, 2007. Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/bitstreams/ac82fdd7-18c1-4e89-9c17-fde40743c7c7/download

KIMMEL, Laurence: “Architecture of Threshold Spaces: A critique of the Ideologies of Hyperconnectivity and Segregation in the Social-Political Context”. Routledge Research In Architecture, 2021.

MADDEN, David; MARCUSE, Peter: “In defense of Housing: The Politics of Crisis”. Verso Books, 2016.

MATEUS, Augusto; Sociedade de Consultores: “A Competitividade do Centro Histórico de Guimarães e Plataforma das Artes e Criatividade: Diagonóstico, Estratégia e Prospetiva.” Relatório final promovido pela Câmara Municipal de Guimarães, 2010. Disponível em: https://shre.ink/augustomateuscmgartigo

MOORE, Rowan: “Margaret Thatcher began Britain’s obsession with property. I’s time to end it.” The Guardian, 2014. Disponível em:
https://www.theguardian.com/society/2014/apr/06/margaret-thatcher-britainsobsession-property-right-to-buy

SANTOS, Sílvia: “Espaços Urbanos Expectantes como Oportunidades para a Requalificação - Entre a cidade e o Rio (envolvente da Cordoaria).” Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2011. Disponível em:
https://repositorio.ulisboa.pt/entities/publication/17e17be9-60cb-4dc6-ab48-704e37df2af7

SILVA, Hélder: “Projeto de Ações Provisórias em Vazios Urbanos: Aplicação em Ruína de lote habitacional, como caso de estudo na Rua D. João I em Guimarães”. Dissertação de Mestrado. Escola de Arquitetura, Artes e Design da Universidade do Minho, 2016. Disponível em:
https://repositorium.uminho.pt/entities/publication/300df2ce-876a-405d-b7fc-2259e615b57a

SMITHSON, Alice and Peter: “Urban Structuring, Studies of Alison & Peter Smithson”. Studio Vista, 1967.

SOLÀ MORALES, Ignasi: “Presente y Futuros. La arquitectura en las ciudades”. XIX Congresso UIA, Barcelona, 1996.

STRAUVEN, Francis: “Aldo Van Eyck’s Orphanage: A Modern Monument”. NAi Publishers, 1996.

VARVAROUSIS, Angelo; KOUTROLIKOV, Penny: “Degrowth and the City.” Overgrowth, 2018. Disponível em: https://www.e-flux.com/architecture/overgrowth/221623/degrowth-and-the-city

VIDLER, Anthony: “The architectural Uncanny: Essays in the Modern Unhomely”, MIT Press, 1992.

Referências Webgráficas

https://www.cm-guimaraes.pt/conhecer/patrimonio-mundial

https://blog.araduca.pt/2009/12/o-mapa-de-guimaraes-de-1569.html?m=1

https://repositorio.amap.pt/author/139